



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – “MIN. ALCIDES CARNEIRO” – JOÃO PESSOA/PB
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CARLOS JOSÉ CRÊSPO SANTOS

**A PROJEÇÃO DE PODER DOS EUA E AS QUESTÕES INSULARES:
Um estudo de caso de Guam e Porto Rico à luz das
Teorias do Poder Marítimo e do *Rimland***

JOÃO PESSOA – PB

2011

CARLOS JOSÉ CRÊSPO SANTOS

**A PROJEÇÃO DE PODER DOS EUA E AS QUESTÕES INSULARES:
Um estudo de caso de Guam e Porto Rico à luz das
Teorias do Poder Marítimo e do *Rimland***

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em
Relações Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do
grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

JOÃO PESSOA – PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

S237p

Santos, Carlos José Crêspo.

A projeção de poder dos EUA e as questões insulares: um estudo de caso de Guam e Porto Rico à luz das Teorias do Poder Marítimo e do Rimland / Carlos José Crêspo Santos. – 2011.

61f. : il. color

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Relações Internacionais, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, Curso de Relações Internacionais”.

1. Bases Insulares – Porto Rico. 2. Bases Insulares - Guam. 3. Teorias Geopolíticas. I. Título.

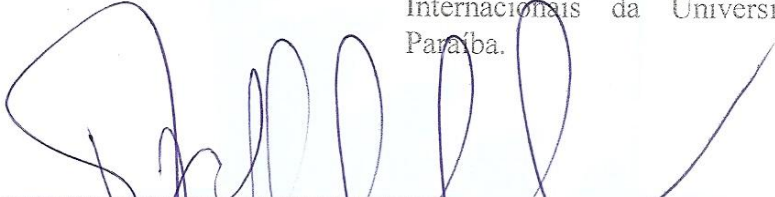
21. ed. CDD 327.101

FOLHA DE DEFESA COM OS MEMBROS DA BANCA

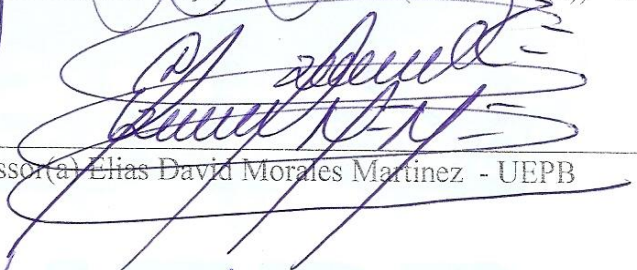
ALUNO(A): CARLOS JOSE CRESPO SANTOS
MATRÍCULA: 081520336

A PROJEÇÃO DE PODER DOS EUA E AS QUESTÕES INSULARES: Um estudo de caso de Guam e Porto Rico à luz das Teorias do Poder Marítimo e do Rimland

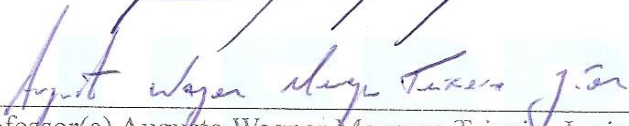
Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.



Professor(a) Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann (Orientador(a)) - UEPB



Professor(a) Elias David Morales Martinez - UEPB



Professor(a) Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior - UFPB

João Pessoa, 30 de novembro de 2011.

DEDICATÓRIA

A minha Grande Família, em especial a minha amada Avó, a qual dedico não só esse trabalho como meu eterno amor e lembranças dos bons momentos que passamos juntos. A todos vocês, dedico.

AGRADECIMENTOS

Jamais poderia ter concluído esse trabalho sem o esforço e aprendizados conferidos por docentes, os quais prefiro chamar de sábios, ao longo dos últimos quatro anos. Cada disciplina ministrada contribuiu na construção do senso crítico e conhecimento. Destaco alguns, dentre os professores **Heleno Rotta, Cristina Pacheco, Silvia Nogueira, David Morales e Augusto Teixeira.**

Ao meu orientador, professor e amigo, Paulo Kuhlmann, o qual aceitou me guiar nesse trabalho e, entre aulas, caronas, reuniões e *clowns*, sempre esteve à inteira disposição para compartilhar de seus conhecimentos, sugerir leituras e dar conselhos, fossem estes referentes ou não ao trabalho.

Ainda aos professores **João Wandemberg,** o qual tive a honra de ser seu Monitor (Língua Portuguesa I e II), **Doris Sayago e Eliete Gurjão,** as quais me deram a chance de acompanhá-las e fazer parte de seus grupos de Iniciação Científica sobre Democracia Participativa e Patrimônio Histórico Cultural.

Não poderia deixar de citar, entre tantos docentes e sábios, alguns de um passado não tão distante, o qual sempre lembro meus inesquecíveis **professores Roseane Firmino Gomes e Abdias Lúcio da Silva,** os quais me ensinaram o valor edificante de um verdadeiro educador, além de, no caso deste último, construir bases do meu ensino e aprendizado em História e Filosofia de uma forma ímpar e única.

A minha turma do Curso de Relações Internacionais, aos que passaram, nos primórdios quando fomos 45 alunos e, em especial, aos que chegaram ou estão próximos do fim dessa jornada, cito alguns mais próximos: **Brian Guzman, José Pereira e William Fernandes e outros que também partilharam dessa luta conjunta, tais como: Melissa Rejane, Matheus Guimarães, Aline Chianca, Manoel Linhares, Priscilla Cappelletti, Laís Azere-do.** Alguns destes, juntamente com grandes amigos também alunos da graduação, tais como **Fábio Nobre, Matheus Medvedeff, João Antônio (o “Jaum”), Luan Felipe,** dentre outros, contribuíram na construção do nosso duradouro grupo de amigos, ao qual comicamente batizamos de **“Exílio”.**

A minha “Grande Família”, a qual, entre momentos de tranquilidade ou stress soube entender que tudo faz parte de um projeto maior de crescimento e desenvolvimento. Todos,

de uma forma direta ou indireta, fizeram parte disso. Dentre os quais cito alguns: **Zé Luís, Mariana, Júnior, Ligia, Beto, Vandilma, Henrique, Poliana, Alexandre, Carlinhos, Lívia, Maria Clara, Vitório, Amanda, Gabriel, Juliana, Tia Ana/Beta/Andreia/Cida.**

Um agradecimento especial a minha **Tia Bá e a minha amada avó Aurelina (“mãezinha”)** *in memoriam* , as quais me acolheram em seu lar quando mudei para João Pessoa ainda em 2007 e jamais mediram esforços para me dar amor, carinho e a atenção dignas de verdadeiras mães que nunca esquecerei. Um destaque especial a minha amada avó. Quando pensava nos agradecimentos não esperava ter de falar disso. Testemunhastes o começo dessa jornada mas, infelizmente, partistes antes que eu tivesse a chance de lhe mostrar o meu diploma. Entre idas e vindas, noites mal dormidas e festividades, não há nada que eu desejasse mais do que me formar e te dar esse orgulho. Estou chegando lá e se consegui, devo muito a você, minha eterna professora da vida.

Aos meus pais José Carlos e Aureliana, os quais também não tiveram limites quando o assunto foi a nossa formação intelectual, assim como dedicaram dias e noites para nos educar de uma forma única, fazendo de todos os seus filhos bons cidadãos e pessoas honestas dentro de um mundo em constante mudança.

Um destaque **a minha amada mãe** por ter sido a responsável por, entre momentos de tristeza e alegria, ou entre momentos de brigas ou festas, como uma verdadeira mãe, no fim até hoje continua destruindo qualquer obstáculo que surja sempre que ponho dificuldade em algo no que tange a minha formação. As vezes nos faltam palavras mas, se sem você eu não teria conseguido sequer nascer, o que dirá concluir a minha graduação e me formar. Na verdade é só mais um novo começo e sei que sempre poderei contar com você.

Não poderia concluir essa dedicatória sem agradecer imensamente aos **meus Irmãos Maçons e DeMolay**, a estes que se tornaram minha segunda família e sempre estiveram à disposição para me ajudar no que fosse necessário, onde fosse preciso, por todo o nosso Brasil.

Ao meu **Capítulo “João Pessoa” N°11 da Ordem DeMolay**, minha segunda casa e fortaleza, onde aprendi o quão bom é viver em união e irmandade assim como fiz amigos/irmãos para toda a vida, dentre os quais cito alguns: **Murilo, Duílio, Arquimedes, Janyeliton, Odon, Edgley, Bené, Rafael, Gustavo, Ramon, Thiago** e tantos outros que, pelos caminhos desse Brasil, são amigos/irmãos que sei que posso contar sempre, dentre os quais

também cito alguns, tais como **Ernesto, Arthur, Lins, Franklin, Eduardo, Henrique, Morôni, Jeizzon, Neto, João Gabriel, Juliano, Cal, Rodrigo “Beleza”, Isola e Raslan.**

A todos vocês, não sei se algum dia poderei retribuir de alguma forma, mas saibam que terão minha gratidão e meu sincero sentimento de agradecimento.

"O interesse egoísta é um objetivo não somente legítimo como também fundamental para a política nacional"

(Almirante A. T. Mahan)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a utilização de bases insulares pelos Estados Unidos, especialmente as existentes em Porto Rico e Guam sob a ótica Geopolítica, para verificar quais as finalidades, antigas e atuais, de utilização dessas bases. Partindo de premissas da Geopolítica Clássica, da Teoria do Poder Marítimo e da Teorias do *Rimland*, elaboradas no século XIX e XX, respectivamente, assim como mediante um apanhado histórico dos EUA no que se refere à expansão territorial, poderemos analisar se os ordenamentos geopolíticos utilizados pelos EUA nos séculos XIX e XX continuam sendo aplicados no século XXI. Por fim, poderemos concluir se as Teorias do Poder Marítimo e do *Rimland* ainda explicam as ações de projeção de poder estadunidense.

PALAVRAS-CHAVE: Bases Insulares. Porto Rico e Guam. Teorias Geopolíticas. Estados Unidos. Expansão Territorial.

ABSTRACT

This work aims at review the use of islands bases in the United States, especially those in Puerto Rico and Guam from the perspective Geopolitics, which aims to see past and present, the use of these bases. Based on assumptions of Classical Geopolitics of Maritime Power Theory and Theory of *Rimland*, developed in the nineteenth and twentieth centuries, respectively, as well as through a historical overview of the U.S. in regard to territorial expansion, we consider whether the legal geopolitical used the U.S. in the nineteenth and twentieth century continue to be applied in the twenty-first century. Finally, we conclude that the theories of sea power and *Rimland* also explain the actions of U.S. power projection.

KEYWORDS: Islands Bases. Puerto Rico and Guam. Geopolitical Theories. The United States. Territorial Expansion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A rota para o Canal do Panamá.....	19
Figura 2: O mundo segundo Mahan.....	29
Figura 3: O mundo segundo Spykman.....	30
Figura 4: Porto Rico, Oceano Atlântico e Mar do Caribe.....	35
Figura 5: A Ilha de Guam e o Oceano Pacífico.....	38
Figura 6: Bases americanas e programas de defesa ao redor do globo.....	39
Figura 7: Segunda cadeia de ilhas.....	42
Figura 8: Países com bases militares dos EUA.....	46

LISTA DE SIGLAS

DoD	Department of Defense
EUA	Estados Unidos da América
OIA	Office of Insular Affairs
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	United States of America
US SOUTH COM	Comando Militar do Sul dos EUA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DOS ESTADOS UNIDOS	16
1.1 O crescimento Continental desde as Treze Colônias.....	16
1.2 A Marcha para o Oeste e o Destino Manifesto.....	18
1.3 A conquista dos Oceanos e territórios insulares.	21
CAPÍTULO 2: OS EUA E A GEOPOLÍTICA CLÁSSICA:AS TEORIAS DO PODER-MARÍTIMO E DO <i>RIMLAND</i>	25
2.1 A Geopolítica: Um contexto histórico.....	25
2.2 A Teoria do Poder Marítimo e os EUA.....	28
2.3 Spykman e a Teoria do <i>Rimland</i>	30
2.4 O Poder Marítimo, o <i>Rimland</i> e a Eurásia.....	31
CAPÍTULO 3: A GEOPOLÍTICA DE EXPANSÃO DOS EUA	33
3.1 A lógica geopolítica de ocupação: os casos de Porto Rico e da Ilha de Guam.....	35
3.1.1 A República de Porto Rico e os EUA.....	35
3.1.2 A Ilha de Guam e o Oceano Pacífico	37
3.2 Século XXI: um novo reordenamento ou continuidade?.....	40
3.3 A geopolítica e a estratégia das bases militares dos EUA, a continuação das premissas do Poder Marítimo e do <i>Rimland</i>	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
ANEXOS	58

INTRODUÇÃO

Encontrando-se entre os maiores Estados do mundo, não somente em extensão geográfica mas também em influência política, a área territorial continental dos EUA, atualmente, supera os 9.826.675 km². Desde a gênese o do país, passando pelas Treze Colônias iniciais ainda nos tempos da colonização de ocupação implementada pela Inglaterra, assim como o processo de emancipação perante a Metrópole Inglesa, o qual culminou com a Declaração de Independência em 1776, os EUA se tornaram a primeira nação independente republicana das Américas.

Ao longo de mais de duzentos anos o processo de formação e expansão territorial dos EUA parece ter seguido um ordenamento baseado em premissas contidas em Teorias que precedem a própria criação da Geopolítica mas que posteriormente seriam absorvidas por esta. Das Treze colônias à Independência, o nascer do século XX, as Guerras Mundiais e a Guerra Fria modelaram e remodelaram conceitos, além de expandir geograficamente ou por influência política países como os Estados Unidos, ou então ocasionar a derrocada e esfacelamento de Impérios até então em constante processo de crescimento, como por exemplo o Austro-Húngaro ou o Japão. Isso fez com que as grandes potências criassem, mantivessem ou reajustassem estratégias no intuito de garantir a manutenção de suas zonas de influência.

Usando de premissas presentes na Geopolítica, como as contidas na Teoria do Poder Marítimo, de autoria do Almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914), ou da Teoria do *Rimland*, de autoria do alemão, naturalizado americano, Nicholas John Spykman (1893 – 1943), procuraremos entender se estas podem, explicam e continuam justificando atitudes implementadas pela política externa dos EUA no que tange a projeção de poder americano.

Nesse contexto, usando como subsídio uma análise de posições estratégicas no Mar do Caribe e no Oceano Pacífico, respectivamente a República de Porto Rico e o Território Não-Incorporado de Guam. Desejamos construir um estudo que vise confirmar ou não as bases Geopolíticas da Política Externa estadunidense dentro de uma política expansionista de poder.

Desde que as Treze Colônias se emanciparam da Inglaterra e declararam a Independência dos EUA em 1776 um projeto expansionista foi iniciado desde então. Entre conflitos. Doações e compras, os EUA foram rapidamente adquirindo e anexando mais territórios no

continente chegando há pouco tempo a ter fronteiras do Atlântico ao Pacífico quando então se iniciou um processo de expansão para além do Continente, quando áreas Insulares começaram a ser absorvidas pelos EUA.

Ao falarmos de zonas de influência devemos considerar tanto o âmbito político-social quanto o geográfico. Nesse sentido, o século XX como um todo, a Segunda Guerra Mundial e o conseqüente fim dos grandes impérios, a exemplo dos existentes no início do século XX, como o Austro-Húngaro e o Turco Otomano, a Guerra Fria, dentre outros, ocasionaram uma reviravolta no sistema organizacional do sistema internacional, principalmente no campo político e econômico porque permitiram a ascensão de uma nova potência a ocupar o todo da hegemonia, no caso os EUA, frente as antigas metrópoles e Estados poderosos, agora combatidos pelos altos custos que as Guerras Mundiais os impôs.

Ao traçarmos uma conjuntura global Pós-Segunda Guerra Mundial poderemos constatar o fim da maioria das colônias assim como a criação da Organização das Nações Unidas em 1945. Não que isso tenha significado o fim das relações entre Estados dominadores e dominados mas estas, agora, assumiriam novas facetas. Não mais havia colônia ou metrópole como nos tempos das grandes navegações. O pós-II Guerra apresentou um mundo agora gerido pelas relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mundo este bipolar, com os EUA e a URSS encabeçando a busca por áreas de influência por todo o mundo. Da mesma forma, uma política de construção de bases ao redor do globo também ilustrará nosso trabalho para auxiliar na construção da conclusão.

É pensando nisso que o objetivo central dessa pesquisa é analisar a participação e influência, ou não, da Geopolítica Clássica, por intermédio das supracitadas Teoria do Poder Marítimo e da Teoria do *Rimland*, bem como a estratégia bélica de construção de bases militares dos EUA em pontos-chave por todo o mundo. Tal processo, algumas vezes, se deu no sentido de transformar possessões em protetorados e estes, por sua vez, em Estados Livres Associados, como no caso de Porto Rico, no Caribe ou ocupação e controle mas sem anexação à União, os quais passam a ser chamados de Territórios Não-Incorporados, como por exemplo a Ilha de Guam mas todos sendo áreas Insulares de suma importância. Ao longo da pesquisa trabalharemos também com a conceituação de tais mecanismos.

Nesse contexto, alguns Estados abrem mão de parte da sua soberania em troca de proteção militar e auxílio econômico. Em contrapartida tornam-se Estados Livres Associados,

territórios não anexados aos Estados Unidos, mas que dependem dele para aprovar relações comerciais, leis e modificações na sua estrutura, dentre outros controles e dependências.

Usando mão de conceitos e teorias geopolíticas existentes no âmbito das Relações Internacionais, procuraremos compreender as justificativas para tal criação e manutenção dessa estratégia. Para embasar tais afirmações usaremos mão de bibliografias relativas à temática, tanto de autores comumente presentes nos estudos das Relações Internacionais como de pensadores nativos de tais áreas insulares, além de utilizar também documentos, relatórios, tratados, dentre outros, de Agências e Departamentos governamentais estadunidenses, todos oficiais, públicos e que contribuirão na fundamentação e embasamento da análise que está se propondo fazer.

CAPÍTULO 1: O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DOS ESTADOS UNIDOS

1.1 - O crescimento Continental desde as Treze Colônias

Detentor de uma área geográfica continental com aproximadamente 9.826.675 km², incluindo-se apenas os 50 estados da federação e o Distrito de Columbia, de acordo com o The World Factbook da CIA. A estes se somam mais 10.715,2 km² de territórios e possessões ultramarinas, as quais são controladas, administradas ou em regime de protetorados pelos Estados Unidos

A título de comparação, tais áreas insulares correspondem ao dobro da área correspondente ao Distrito Federal ou aproximadamente metade do território correspondente ao estado de Sergipe. A princípio parece ser um acréscimo geográfico irrisório perante a extensão total territorial dos Estados Unidos mas ao longo desse trabalho observaremos que, em se falando de importância estratégica, tais territórios tem uma importância ímpar visto proporcionam a este privilegiadas posições geográficas de influência e instalação de bases militares, fundamentais para o planejamento de defesa dos EUA.

Desde os primeiros anos, demandam objetivos nacionais claramente expressos, que passam a ser persistentemente perseguidos. Assim é que os treze estados originais, emancipados em 1776, já em 1783 dobravam sua área territorial, levando suas fronteiras até o Mississipi, por um tratado imposto à Inglaterra. Em 1803 dobram outra vez sua base física, negociando com Napoleão antigas terras da Espanha, o território da Louisiana. Conseguem depois, o território de Oregon, no noroeste, que correspondia a uma quarta parte de sua área total, sob a promessa de nada reivindicar em relação às colônias canadenses. (RIBEIRO, 2007: 374)

Para entendermos como os Estados Unidos chegaram a atual configuração de extensão geográfica com 9.826.675 km² bem como regiões de influência por todo o mundo se faz necessário expor um apanhado histórico acerca da formação territorial dos Estados Unidos desde o início da ocupação, então com as treze colônias, até a atualidade. Tendo ciência deste processo podemos construir um estudo acerca da relação entre a formação geográfica dos Estados Unidos e as teorias geopolíticas nas óticas do século XIX e XX e se estas ainda têm a mesma aplicabilidade até o século XXI. É mister destacar que não é objetivo deste trabalho discorrer acerca da historiografia completa dos EUA e sim o desenvolver da formação territorial dos EUA dentro desta.

Os pais fundadores dos norte-americanos foram tanto a expressão de aspirações humanas fundamentais quanto lúcidos formuladores do projeto nacional da América do Norte como potência. Não apenas empreenderam a guerra de libertação nacional contra o domínio inglês mas, simultaneamente, se contrapuseram a todos os interesses coloniais de outras nações nas proximidades de seu território, embora o fizessem

quase sempre para monopolizar eles próprios a exploração neocolonial das Américas (RIBEIRO 2007:382).

É de fundamental importância, antes de tecer qualquer análise acerca da geoestratégia estadunidense sobre territórios, que se conheça a atual situação geográfica do Estado bem como sobre como chegou a tal. Inicialmente colonizado não só por britânicos mas, em menor escala, também por franceses e espanhóis, os primórdios da formação territorial e social estadunidense sofreram influência predominantemente dos ingleses. A primeira colônia inglesa em território fora fundada em 1601 e se chamava Virginia, uma homenagem à rainha da Inglaterra. Ao longo de todo o século XVII novas colônias foram sendo fundadas junto a fronteira continental com o Oceano Atlântico.

Ainda sob a tutela da metrópole inglesa, os norte-americanos começaram uma campanha emancipacionista que culminou com a Guerra pela Independência dos EUA, conflito este que durou de 1775 a 1783 quando então foi firmado entre EUA e Inglaterra a Tratado de Paris firmado em 1783 e declarou-se como terminado o conflito assim como reconhecia a independência dos EUA. A época, apenas as treze colônias, fundadas entre 1603 e 1733, compunham o novo Estado e o agora território estadunidense não superava a marca dos 360.000 km², do leste ao Mississipi. Com o fim da guerra e assinatura do referido tratado houve o primeiro surto de expansão territorial quando o Reino da Grã-Bretanha entregou a posse dos Estados Unidos territórios que seriam incorporados e elevariam a área território para aproximadamente 830.000 km².

A expansão territorial de fato, além das treze colônias que existiriam no século XVII só viria a iniciar de fato após a declaração da Independência perante os Ingleses, a qual ocorreu em 4 de julho de 1776. Data daí o início de uma política territorial expansionista que levaria os Estados Unidos a ter fronteiras até o Oceano Pacífico, do outro lado do continente. O Oeste foi escolhido como o fundador da cultura norte-americana. Segundo Matos (2008:5), os americanos reconheceram que era preciso desbravar o Oeste e tomar o território como seu. Territórios estes conquistados por meio de conflitos, compras ou trocas.

Durante os séculos XVIII e XIX a área que fazia parte dos EUA já se aproximava de 1 milhão de km². Após esse esforço inicial para a criação de um nacionalismo americano, foi através da ideia de “povo escolhido” ou, como eles mesmos denominavam: “destino manifesto”, que então partiram para a agressiva política de expansão e de domínio territorial do continente, anexando ou comprando territórios e encabeçando guerras para alcançar os seus objetivos. (MATOS,2008:7)

1.2 - A Marcha para o Oeste e o Destino Manifesto

Entre 1776 e 1886 houve a primeira onda de expansão com a anexação dos referidos territórios ingleses após a Guerra da Independência, fato que praticamente dobrou o território pertencente aos EUA. Nesse ritmo de anexação, incorporação e crescimento contínuo, em 1790 a área dos EUA já superava a marca dos 2,3 milhões de km².

A expansão territorial americana para o Oeste prosseguia, e era ideologicamente amparada por pressupostos românticos sobre fé, superioridade e um destino grandioso de suas instituições livres. Era o “Destino Manifesto” que impulsionava o imaginário da população e legitimava a tomada de territórios, afinal eles entendiam que eram o povo escolhido por Deus para estabelecer uma comunidade baseada na fé e no trabalho e que expandir essa comunidade o máximo possível não era uma opção e sim um dever. (MATOS,2008:6)

Com o contínuo progresso financeiro ocorrido nos séculos XVIII e XIX aliado a um já vigente sistema democrático de governo desenvolveu-se uma política expansionista rumo ao Oeste de modo a ocupar territórios até chegar ao Oceano Pacífico bem como ocupar e anexar territórios pertencentes a França e Inglaterra, assim como também do México visando afastar qualquer possibilidade de ameaça por parte das potências europeias.

O progresso financeiro era evidente e eles se vangloriavam de um governo altamente democrático, além disso o incentivo ao individualismo os tornara a “terra das oportunidades”. A busca por poder e *status* era o “motor” da geração pós-guerra Anglo-americana, nem fronteiras políticas ou geográficas deteriam o ímpeto de expansão da nova geração. (MATOS, 2008:5)

Graças a uma política de distribuição de terras e venda a preços bem abaixo do valor real unido a um aumento populacional sem precedentes ocorrido entre 1830 e 1870, principalmente de europeus originários de países em guerra, houve uma segunda onda de expansão exploratória rumo ao oeste.

A doutrina do destino manifesto não se restringiu à conquista do Oeste. Os norte-americanos viam as águas como uma fronteira justa para o seu território. Com essa política os Estados Unidos conseguiram os Estados da Luisiana (comprado à França), Oregon, Texas (anexado), Novo México e Califórnia (comprado ao México). Também a chegada ao Oriente se tornou um objetivo econômico em meados da década de 1840. [...] Visando ser uma potência no Pacífico, os Estados Unidos precisavam de rápidas comunicações e logo investiram nas negociações sobre o Panamá, tendo em vista a construção de ferrovias e de um canal. (MATOS 2008:6)

Figura 1 - A rota para o Canal do Panamá



Fonte: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=361>

A Marcha para o Oeste sofreu outro grande impulso na segunda metade do século XIX graças à descoberta do ouro na Califórnia. A concretização da expansão territorial dos Estados Unidos foi custeada a base de um verdadeiro genocídio dos indígenas que até então viviam nas terras agora anexadas. Assim, ano a ano estes foram sendo massacrados e os territórios foram sendo incorporados ou sendo apoderados pelos colonos. Nesse ponto é importante falarmos das fronteiras móveis americanas, áreas limítrofes cuja população esparsa ocupava-se principalmente de limpar terras e construir casas. Sempre abrindo novos caminhos para o oeste e aumentando o território americano, como nos diz Matos (2008:7).

Toda uma infraestrutura foi montada para acompanhar esse progresso, principalmente no que tange ao maquinário ferroviário, o qual facilitou diretamente o processo de desenvolvimento agropecuário das novas regiões anexadas bem como escoamento da produção. Em 1860 os EUA já contavam com mais de 50 mil quilômetros de ferrovias, chegando a 1869 com linhas que atravessavam todo o continente, do Oceano Atlântico ou Pacífico. Tal desenvolvimento assegurou a exploração das áreas de mineração, agropecuária e territorial.

A incorporação de terras ao território estadunidense, compradas ou adquiridas após conflitos, perdurou em ritmo alto até meados do século XIX, ainda seguindo a ideologia criada pela filosofia do Destino Manifesto conseguindo assim levar as fronteiras dos EUA desde o Mississippi até a costa Oeste e o Oceano Pacífico.

Conscientes da oposição essencial entre as duas componentes étnico-nacionais em que a nação se dividia, foram à guerra para amarrar o Sul à federação, impedindo que se constituísse como uma potência competitiva. Igualmente conscientes do papel que poderiam representar os imensos espaços vazios ou conquistáveis que se esten-

diam para o oeste, programaram e executaram uma expansão progressiva que os integraria a nação.(RIBEIRO, 2007:13)

Por meio de compra ou guerras, em especial as anglo-americanas, entre o século XVIII e XIX os EUA foram adquirindo, se apoderando ou anexando territórios que levaram sua extensão ao que é hoje. Em 1803 anexaram os territórios da então Louisiana, aumentando assim sua área em mais de 2.300.000 km². Em 1818 foi a vez de o Oregon ser anexado a União, graças a um Tratado pós-guerra com a Inglaterra. Assim prosseguiu, em 1819 compraram o território correspondente à Flórida, esta anexada oficialmente em 1821. Logo, as políticas agressivas em relação à aquisição de territórios chegaram ao vizinho México e às áreas que pertenciam à Inglaterra e à França no continente norte-americano.(MATOS,2008:6)

Durante o governo do presidente Polk criou-se um mecanismo de anexação chamado Corolário Polk¹ o qual declarava que toda antiga colônia espanhola em território norte-americano e que, seus moradores assim desejassem serem anexados aos EUA, estes assim seriam aceitos. Com esse princípio anexaram quase metade do território pertencente ao México mediante também a conflitos.

O país crescia e necessitava de terra barata para oferecer aos seus habitantes, por isso a política de expansão territorial dos Estados Unidos seguiu em ritmo acelerado, principalmente após a posse do presidente James Polk (1845 – 1849), que levou a cabo a anexação do Texas, um estado que havia conseguido sua Independência em relação ao México e que era povoado por colonos ingleses e americanos, e começou uma série de hostilidades contra o México, tendo em vista a aquisição da Califórnia mexicana, que foi adquirida mas não antes de uma guerra entre os dois países e um posterior acordo de venda do território aos americanos (MATOS,2008:6)

Nesse contexto aceitam e incorporam o Texas e chegam ao Pacífico em 1848 com a assinatura do Tratado de Guadalupe-Hidalgo, posteriormente anexando também o Novo México e a Califórnia. Posteriormente, em 1853, viriam a comprar mais uma parte do México, episódio chamado de Compra de Gadsden, anexando assim aos estados do Arizona e do Novo México mais 77.740 km² a sua extensão continental. Ainda nesse contexto de compra e anexação de territórios, aproveitaram a crise no Império Russo, unido a um temor de políticos estadunidenses quanto ao aumento da influência de potências europeias na América para adquirir o Alasca, fazendo a última grande anexação ao território continental, acrescentando mais

¹ Em alusão a política implementada pelo 11º Presidente dos EUA, James Knox Polk (1795 - 1849), na qual territórios coloniais espanhóis seriam anexadas, desde que assim desejassem os colonos e a União os aceitasse.

1.700.000 km² ao Estado e concluindo assim as fronteiras terrestres continentais dos Estados Unidos que conhecemos na atualidade.

Arrancam ao México, pela guerra e pela chicana, outra área que equivalia ao triplo do território original das treze colônias. Apropriaram-se, desse modo, de todas as áreas contíguas do Atlântico ao Pacífico, passando de menos de 1 a mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, com dois vizinhos apenas: o espoliado Estado mexicano, ao sul, e o Canadá semicolonizado, ao norte..(RIBEIRO, 2007: 384)

1.3 - A conquista dos Oceanos e Territórios Insulares

Muitos consideram que o processo de formação territorial estadunidense pode ser chamado de Imperialismo Interno dos EUA, o qual proporcionou o desenvolvimento territorial exposto anteriormente. Em 1867 os EUA, com pouco mais de 100 anos de independência perante a antiga metrópole, já se aproximava de quase 9 milhões de km² de extensão territorial, maior do que muitos impérios bem mais antigos.

Com uma expansão territorial consolidada e graças à influência de militares e estrategistas geopolíticos estadunidenses a ideia de que um grande império também precisava de uma expansão marítima também foi consolidada e começou a ser implementada. A doutrina do Destino Manifesto lentamente foi sendo aperfeiçoada com o objetivo de poder justificar a expansão dos interesses norte-americanos para além dos limites continentais do país. Em 1890, esta ideologia imperialista recebeu notável impulso teórico com a divulgação dos trabalhos do almirante Alfred T. Mahan, principalmente com a publicação de *The influence of Sea Power upon History*. (SCHILLING,2007:1)

Um dos primeiros alvos desse novo rumo expansionista, agora também marítimo, foi o Reino do Havaí, um arquipélago com 132 Ilhas no meio do Oceano Pacífico. Antiga colônia espanhola que havia se emancipado ainda no século XIX, tinha sua soberania reconhecida pelos EUA. Entretanto, a sua localização geográfica estratégica e privilegiada, frequentemente escala de missões e navegações de grandes distâncias, atraiu a atenção dos estrategistas partidários de Mahan. Apesar de os EUA terem uma relação amistosa com o Reino do Havaí, a época, inclusive já com uma base instalada em Pearl Harbor, o arquipélago foi invadido em 1894 e a monarquia foi derrubada, fazendo com que o Havaí fosse anexado como território dos Estados Unidos em 1898, só vindo a se tornar um estado da federação apenas em 1959 (U.S. History Online Textbook, 2011).

Na década de 1890, as ideias de Mahan ressoaram para líderes políticos, incluindo o Secretário Adjunto da Marinha de Theodore Roosevelt, e Secretário da Marinha Herbert Tracy. Após o início das hostilidades com a Espanha maio 1898, o presidente William McKinley, finalmente, garantiu a anexação do Havaí, por meio de resolução conjunta do Congresso. Após a conclusão da bem sucedida guerra hispano-americana em 1898, os Estados Unidos ganharam o controle dos territórios que poderiam servir como estações carvoeiras e bases navais que Mahan havia discutido, como Puerto Rico, Guam e as Filipinas. Cinco anos depois, os Estados Unidos obtiveram um contrato de arrendamento perpétuo de uma base naval em Guantánamo Bay, Cuba. (Departamento de Estado dos EUA- Escritório de História-Tradução nossa)

Ainda em 1898 continuou o processo de expansão, buscando controlar mais pontos estratégicos no Atlântico e no Pacífico, os EUA deflagram a Guerra Hispano-Americana contra o Império Espanhol, o qual ainda detinha e controlava posições importantes no mar do Caribe. Assim, invadem Porto Rico, então colônia espanhola. Em outubro do mesmo ano foi assinado um novo Tratado de Paris, o qual dava como encerrado o conflito e reconhecia a vitória estadunidense.

Em 10 de dezembro de 1898 foi assinado em Paris, França, o tratado para acabar com o regime espanhol, ambos na ilha de Puerto Rico e no resto das possessões espanholas no Caribe e na região do Pacífico. O presente Tratado é assinado para encerrar o Conflito Espanhol-cubano-americano declarado em abril daquele ano, e cujas atividades militares terminaram em 12 de agosto com uma das últimas batalhas, desenvolvida precisamente na cidade de Guayama. (RIVERA, 1999:11)

A Espanha cederia aos Estados Unidos as Ilhas de Porto Rico, as Filipinas e demais territórios, que passaram a serem controlados pelos tais como Índias Ocidentais, a Ilha de Guam, no arquipélago das Marianas Em 1898 os Estados Unidos anexam as colônias de Porto Rico, as Filipinas e Guam, a que se somam Havaí e Samoa e vários protetorados impostos ao Caribe. O golpe principal seria dado na Colômbia, decepando uma parte de seu território para afastar os franceses que estavam construindo um canal, (RIBEIRO 2007: 384). Assim, segundo Mahan, atingiriam o objetivo de um projeto antigo de criar um istmo que ligasse os Oceanos Atlântico e Pacífico, passagem essa que seria chamada de Canal do Panamá (ver Figura1).

O Golfo do México passara a fazer parte da estratégia de expansão marítima estadunidense e ter o controle de Porto Rico e Cuba trariam, para tal estratégia, pontos de grande importância e valor estratégico visto que era rota de entrada rumo ao Canal do Panamá, instalando bases militares de apoio, semelhante ao ocorrido no Havaí, dentre os quais a conhecida base de Guantánamo.

Ao longo do fim do século XIX e início do XX, dentro da política expansionista novos territórios foram sendo adquiridos, apoderados ou reivindicados. Além dos já citados Porto Rico, Cuba e Filipinas, um conjunto de pequenas ilhas em diversos pontos do Pacífico passou a ser administrado pelos EUA.

Porto Rico desempenha um papel chave dentro do esquema militar global e regional do Imperialismo. Entre outras coisas, se considera: uma peça nos sistemas de defesa do Canal do Panamá e de seus acessos marítimos; uma base de operações que possibilita intervenções militares na região do Caribe e que serve para amedrontar permanentemente os povos vizinhos; um centro de controle das atividades navais e das rotas marítimas no Atlântico Sul; cenário para o treinamento de todo tipo e campo de teste para as armas mais modernas e por fim uma fonte abundante de recrutas para o exército dos Estados Unidos”. (SANTANA, 1996:17).

Posteriormente, Cuba e Filipinas conseguiriam tornarem-se independentes dos EUA, mas outras áreas administradas pelos Estados Unidos, tais como Porto Rico, Guam, Samoa Americana, Ilhas Virgens e Ilhas Marianas em regime de *Commonwealth*, Protetorado ou Estado Livre-Associado.², Territórios ou Protetorados bem como República das Ilhas Marshall e República de Palau e Estados federados da Micronésia em regime de Estados Livres Associados. Todos estes diretamente ligados ao Escritório de Relações Insulares vinculado ao Departamento de Estado dos EUA, de acordo com informações do próprio Escritório, e que serão objeto de nossa análise mais aprofundada em outro Capítulo.

Há um século, o império formal britânico foi muito grande na verdade, cobrindo quase um quarto da superfície do mundo e regulando uma população mundial na mesma proporção. Hoje, por outro lado, o império formal geográfico dos Estados Unidos, além da área continental, 14 territórios dependentes, dos quais o maior é Porto Rico e que cobre menos de 11.000 km². (FERGUSON, 2003:5). De fato, como nos diz Schilling, (2007:2), os Estados Unidos não eram mais que uma nesga de terra ocupada por remediadas famílias de colonos recém-emancipados e de plantadores de tabaco, como na época de Monroe.

² O Escritório de Relações Insulares define Estado Livre-Associado define *Commonwealth*, como um a área Insular organizada que estabeleceu uma relação de associação com o Governo Federal dos EUA, altamente desenvolvida, geralmente consubstanciado num acordo mútuo por escrito. Atualmente, duas áreas Insulares Unidos Estados são commonwealths, o *Northern Mariana Islands* e Porto Rico. Um Estado Livre-Associado seria um território organizado, mas não independente, com um status dado a um Estado por meio de um acordo no qual reconhece um governo ilha como um soberano, estado de autogovernar com a capacidade de conduzir os assuntos estrangeiros consistentes com os termos do Pacto. O Pacto coloca a responsabilidade total para a defesa militar com os Estados Unidos. A relação básica de livre associação continua indefinidamente; as disposições econômicas do Pacto estão sujeitas à renegociação no final de 15 anos. Já um Protetorado seria um Estado sob autoridade de outro Estado na sua totalidade

Ainda de acordo com Ferguson (2003:4), a título de comparação os EUA são a primeira potência hegemônica³ da história que não é um império, no sentido monárquico de governo. “Há um século o Reino Unido poderia chamar de riqueza e de pessoal os 15 milhões de seus súditos estabelecidos nas zonas temperadas do império”. Hoje, pelo contrário, menos de quatro milhões de americanos residem no exterior, e quase todos eles vivem no Canadá, México ou Europa Ocidental. Há um século o Reino Unido foi um exportador de capital líquido, em uma escala tal que ele realmente merecia ser chamado de "banqueiro do mundo". Hoje, os Estados Unidos são um importador de capital líquido em uma escala quase tão grande quanto. Há um século os líderes britânicos poderiam dedicar a maior parte de sua atenção e dinheiro dos contribuintes para a defesa imperial e a grande estratégia e desde antes de 1910 o governo forneceu apenas o cuidado mínimo para doentes e idosos. Hoje, Washington gasta seu dinheiro na segurança social, defesa, assistência social e cuidados médicos - nessa ordem.

³ De acordo com Ferguson (2003:2) a potência hegemônica é "um estado capaz de impor o seu conjunto de regras sobre o sistema interestatal e assim criar temporariamente uma nova ordem política". "A hegemonia também oferece “certas vantagens adicionais para as empresas localizadas em seu interior ou protegidos por ela, as vantagens não concedidos pelo mercado, mas obtida através de pressão política”.

CAPÍTULO 2: OS ESTADOS UNIDOS A GEOPOLÍTICA CLÁSSICA: AS TEORIAS DO PODER MARÍTIMO E DO *RIMLAND*

2.1 – A Geopolítica: um contexto histórico

Segundo José Adelino Maltez, Ratzel é o introdutor de um nacionalismo geopolítico e de uma concepção físico-natural de nação, onde existem três elementos fundamentais: o espaço (*Raum* – extensão territorial e características), a posição (*Lage* – posição relativa, continentalidade ou insularidade) e a fronteira (*Grenze* – órgão periférico e dinâmico). O seu pensamento é marcado por um forte determinismo geográfico, a partir do qual elabora a Teoria dos Espaços e as Leis do Crescimento Territorial dos Estados⁴.

É verdade que Ratzel tem como seu objeto principal de estudo "a relação de poder e a terra", em outras palavras a formação do território. Vale ressaltar que Ratzel tem sua formação inicial universitária naturalista, por isso, ele sempre faz em seus estudos a relação do homem com "a terra". É na sua formação inicial acadêmica que Ratzel e suas ideias se integram com as teorias evolucionistas darwinianas, contribuindo para a concepção do determinismo geográfico, um determinismo com base na relação entre o "ser" e "meio". (GOMES, 1996:188)

Ao longo da história e dos processos de formação dos Estados, a Geopolítica sempre esteve presente de forma direta ou indireta mesmo quando, em muitos casos, nem o termo Geopolítica ainda existia. Nesse sentido, relacionar as características geográficas territoriais com os processos de formação, assim como tudo que envolve a posse territorial de locais estratégicos perante projetos expansionistas de controle e poder, além de recursos naturais, formação continental fronteiriça, dentre outros, tem sido objeto desta.

[...] a expressão *geografia política* existe há séculos. Há inúmeros livros dos séculos XVII, XVIII e XIX com esse título. Mas considera-se que geografia política moderna, pelo menos tal como a entendemos hoje -- isto é, como um estudo geográfico da política, ou como o estudo das relações entre espaço e poder -- nasceu com a obra *Politische Geographie* [Geografia Política], de Friedrich RATZEL, publicada em 1897. (VESENTINI, 2005:2)

⁴ De acordo com Hugo Palma (2006:1), na Teoria dos Espaços, quatro postulados que Políbio Valente de Almeida considera “fecundamente provocativos”, apresenta o espaço como fator primordial na grandeza dos Estados, concluindo que um grande território incita à expansão e que só foi poder mundial quem se fez representar em vastos espaços e em todos os lugares e momentos críticos. Já as Leis “contêm elementos que dizem respeito ao poder do Estado ou a sinais da evidência desse poder”.

Apesar de já existir há séculos, o termo “geopolítica” foi citado pela primeira vez em 1905 pelo cientista político Rudolf Kjellén, fundador das bases da geopolítica alemã no início do século XX e que se inspirou na obra do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, então criador da geografia política, a base da Geopolítica. No fim do século XIX e início do XX o campo dos estudos estratégicos de poder se expandiu em um nível nunca antes visto. A “arte da guerra” estava sendo aprimorada a cada dia e o crescente imperialismo ainda colonial das potências estava em alta e em alguns anos culminaria com a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Friedrich Ratzel (1844-1904), considerado o grande precursor da Geopolítica, adotou a concepção de Estado como organismo vivo, que vive, prospera, decai e morre. Em sua teoria de geografia política, de 1897, mostra que o futuro político de cada território depende do espaço e, principalmente, da posição geográfica “condiciona as relações entre os povos” (RATZEL, in RATTENBACH 1975:16).

Trata-se de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico. A geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e manutenção das colônias tornaram-se muito caras. (BECKER, 2005: 1)

Baseando suas teses na relevância do poder marítimo e do poder terrestre, as Teorias da Geopolítica evoluíram, a partir do século XIX, a fim de encontrar o caminho que um Estado deveria percorrer para fortalecer o seu poder e buscar a hegemonia mundial. Alfred Thayer Mahan (1840-1914), teórico do poder marítimo, Halford John Mackinder (1861-1947) e Karl Ernst Nikolaus Haushofer (1869-1946), teóricos do poder terrestre, são os seus grandes representantes. (TEIXEIRA, 2008: 2)

O desenvolvimento da geopolítica ao longo do século XX acabou levando a criação de correntes encabeçadas por duas Teorias da Geopolítica Clássica, uma delas existente desde antes da criação da própria geopolítica. Essas óticas diferentes foram lideradas por militares ou geógrafos, grandes responsáveis pela criação desse campo de estudo. A polarização entre duas teorias dentro da Geopolítica clássica se divide entre Teoria do Poder Marítimo, de autoria do Almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan e a do Poder Terrestre⁵ ou *Hearthland*, de autoria do geógrafo inglês Halford John Mackinder.

Normalmente se afirma -- em quase todas as obras sobre "história da geopolítica" -- que os geopolíticos clássicos, ou os "grandes nomes da geopolítica", foram H.J. MacKinder, A.T. Mahan, R. Kjellén e K. Haushofer. Desses quatro nomes, dois deles (o geógrafo inglês Mackinder e o almirante norte-americano Mahan) tiveram as suas principais obras publicadas *antes* da criação dessa palavra *geopolítica* por Kjellén e, dessa forma, nunca fizeram uso dela. (VESENTINI, 2005: 2)

De fato a geografia política foi a base da formação dos estudos de geopolítica em suas primeiras décadas de existência, mas que, posteriormente, recebeu a contribuição de outras áreas de conhecimento das Ciências Humanas no intuito de cada vez traçar estratégias mais eficazes para a integração de políticas de controle territorial e ambiental. A Geopolítica é fruto da relação existente entre a política e a geografia, caracterizando-se pela contínua observação e análise das atividades realizadas pelo homem no meio em que vive, tendo um grande desenvolvimento teórico no final do século XIX e início do XX. (TEIXEIRA, 2008: 2)

Na história universal, a disputa pelo poder envolve uma competição constante por espaço e terreno, colocando, quase sempre, em situações opostas as potências marítimas e terrestres. A base inicial da Geopolítica iria então oscilar entre as referidas teorias e seus respectivos teóricos e seguidores. (TEIXEIRA, 2008:3)

De acordo com Cancian (2006:1), Halford J. Mackinder é o pai da teoria da geoestratégia, que desenvolveu a teoria do Heartland. Heartland significa, literalmente, Coração da Terra. Mackinder situou o Heartland na zona territorial que abrange os continentes europeu e asiático, e que recebe a denominação de Eurásia ou Ilha Mundial. Com base na teoria do Heartland, a grande preocupação geopolítica e estratégica do inglês Halford J. Mackinder era uma provável aliança militar entre a Rússia e a Alemanha. Segundo Mackinder, uma entente (acordo ou entendimento internacional) entre Rússia e Alemanha tornaria esses Estados aptos a ameaçar o equilíbrio de forças no continente eurasiático, o que provocaria uma transformação das relações de poder no mundo.

A preocupação do geógrafo inglês se baseava no fato de que a Rússia, considerada o pivô geográfico, se situa no Heartland e possui uma massa terrestre contínua, que se estende da Europa Oriental ao Extremo Oriente território riquíssimo em minerais estratégicos e energia que, articulados às potencialidades industriais da Alemanha, tornaria possível a exploração desses recursos em benefício do desenvolvimento e da manutenção do poder militar estratégico. Mackinder conclui que, dessa forma, o poder marítimo começaria a ser ameaçado pela emergência do poder terrestre.

O *Heartland*, a massa terrestre representada pela Rússia, era, geograficamente, um território invulnerável ao alcance das potências marítimas. Uma aliança entre Rússia e Alemanha seria, portanto, do ponto de vista estratégico, a articulação entre recur-

tos industriais e recursos naturais e demográficos. Em última instância, essa aliança representaria o domínio do território eurasiático e, segundo o geógrafo inglês, dominar essa região significaria dominar o mundo. Mackinder sintetizou seu pensamento do seguinte modo: "Quem controla a Europa Oriental, domina a Terra Central; quem controla a Terra Central, domina a Ilha Mundial; e quem controla a Ilha Mundial, domina o Mundo". (CANCIAN, 2006:1)

Ambas as teorias clássicas citadas estiveram presentes e nortearam ações geoestratégicas das potências ao longo de todo século XX assim como influenciaram no desenvolvimento de novas óticas da geopolítica atual. Considerando tais afirmações focaremos na análise da Teoria do Poder Marítimo do Almirante Mahan assim como iremos apresentar novas óticas geopolíticas existentes na atualidade. Seria fundamental então, nas premissas de Mahan, possuir o poder marítimo assim como um planejamento expansionista para o Estado, no caso os EUA, a considerar características políticas, econômicas e culturais (CHAUPRADE, 2003:9).

2.2 - A Teoria do Poder Marítimo e os EUA

Elaborada pelo Almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan, mesmo sem jamais ter feito uso da palavra geopolítica nos seus escritos, a Teoria do Poder Marítimo e a sua obra influenciaram diretamente a política expansionista dos EUA quando do seu processo de formação territorial. Ao analisar o contexto histórico de dominação das potências europeias Mahan chegou à conclusão de que todas elas detinham forças navais poderosas, fato que possibilitou o controle de áreas ao redor do globo nos séculos anteriores.

Observou também que, em disputas travadas até então, sempre uma potência marítima saiu vitoriosa assim como o domínio de mares e o controle de passagens entre os oceanos era fundamental (ver Figura 2), premissas estas seguidas pelos EUA e que serão alvo de nossa análise.

A Teoria de Mahan aponta três aspectos basilares para o desenvolvimento de um Estado: o econômico, o militar e o geopolítico. O aspecto econômico está fundamentado na produção, na posse de colônias e no comércio. Quanto ao aspecto militar, a história mostra que a supremacia naval foi fundamental para proteção dos interesses nacionais. (TEIXEIRA, 2008:6)

No aspecto geopolítico, estabelece seis elementos para o desenvolvimento do poder marítimo: 1) a posição geográfica: possibilidade de controlar pontos estratégicos; 2) a conformação física: possibilidade de possuir bons portos e bases; 3) a extensão do território: capacidade de dispor de portos e matérias primas para a guerra no mar, ao longo da costa; 4) o tamanho da população: não importando o tamanho absoluto, mas sim aquela disponível para

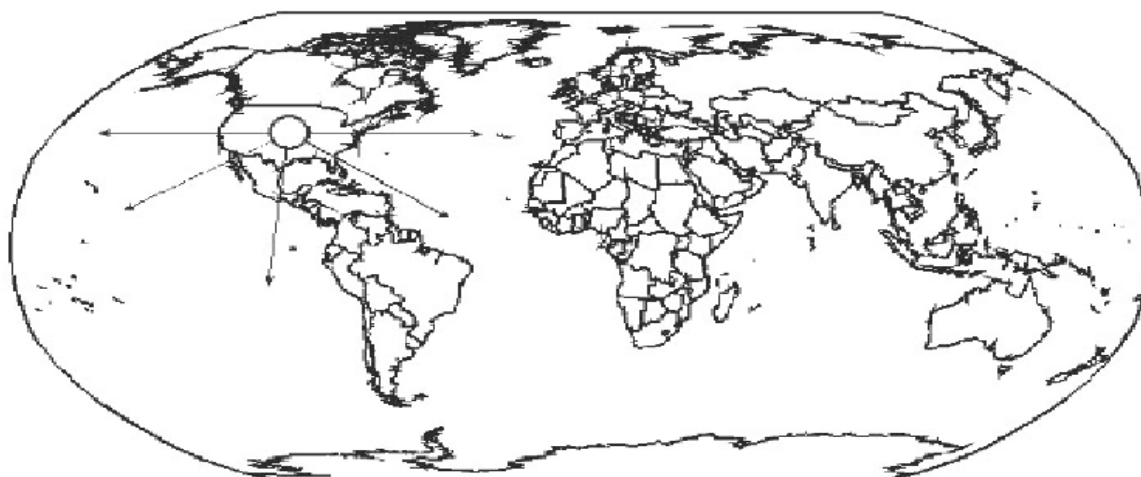
as lides marítimas; 5) o caráter nacional: capacidade de expansão pelo comércio marítimo, amor pelo dinheiro e procura por colônias que se transformem em novos territórios produtivos e lá se estabeleçam grupos nacionais definitivos (as colônias de povoamento) e; 6) o caráter de governo: com políticas de governo voltadas para o mar, capacidade de criar verdadeiros estadistas e, para o autor, governos democráticos tendem a evitar criar grandes gastos com poderes navais quando comparados aos despóticos (TEIXEIRA, 2008:2).

Mahan enfatiza, ainda, que a proteção dessas riquezas é de extrema importância e daí a necessidade de “uma poderosa força naval apoiada por bases, situadas em locais estratégicos, de forma a assegurar o comércio pelos mares” (CHAUPRADE, 2003:44, TEIXEIRA, 2008:6).

Ao elaborar a sua teoria geopolítica, Mahan tinha em mente transformar os EUA numa grande potência marítima e insular: a ilha-continente do hemisfério ocidental. São influências de suas ideias: a conquista de Porto Rico e das Filipinas, em 1898, e o estabelecimento do protetorado em Cuba, fixando o poder marítimo norte-americano no Caribe e no Pacífico; e a abertura do canal do Panamá, em 1914, que favoreceu a política norte-americana do Big Stick⁶ sobre os países centro-americanos e caribenhos, além de possibilitar a união das frotas do Atlântico e do Pacífico. (TEIXEIRA, 2008:7)

Mello (1999:16) apud Teixeira (2008:13) comenta que essa visão deveria garantir “a hegemonia no continente americano, conter o expansionismo japonês no Extremo Oriente e, em médio prazo, arrebatar da Inglaterra a supremacia marítima mundial”. O pensamento expansionista de Mahan, a partir da organização de um forte poder marítimo, foi implementado com grande sucesso, levando os EUA a uma posição hegemônica, após a Segunda Guerra Mundial.

Figura 2: O mundo segundo Mahan



Como dito pelos analistas geopolíticos e considerando a extensão do projeto expansionista territorial dos EUA apresentado no Capítulo 1, fica claro que premissas elaboradas por estudiosos geopolíticos nos EUA no século XIX, em especial a Teoria Marítima do Almirante Mahan, serviram diretamente como base para a formação da grande estratégia estadunidense para a criação de um Estado cada vez mais forte bem como para o estabelecimento de zonas de influência e poder por todo o globo, em especial na América.

2.3 - Spykman e a Teoria do *Rimland*

Elaborada pelo estrategista americano Nicholas J. Spykman (1893-1943), a Teoria do *Rimland* ou Teoria da Estratégia de Contenção foi elaborada seguindo premissas de Mackinder e que lastreou as bases base para o desenvolvimento da doutrina de segurança dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial (CANCIAN, 2006:2).

Tendo como base o modelo de Mackinder, Spykman minimiza o interesse no controle do coração continental. Para ele o anel continental (*Rimland*) é a área chave – que corresponde, grosso modo, ao cinturão interior de Mackinder –, cujo controle permitiria um domínio global do planeta. Uma tarefa da potência marítima seria, portanto, o controle de um anel continental euroasiático unificado. A potência marítima, nas proximidades da Segunda Guerra Mundial, já não era mais a Grã-Bretanha. Assim, quando Spykman (1944) defendia a intervenção dos Estados Unidos. (CAIRO, 2005:5)

De acordo com Mello (1999:123), Nicholas Spykman cria uma concepção alternativa, de caráter anfíbio, a teoria do *Rimland*, que definiu melhor as fímbrias marítimas e desempenhou papel importante na elaboração da estratégia de contenção adotada pela política de poder americana. O *Rimland* ficaria localizado entre o Heartland e os mares marginais (ver Figura 3).

Figura 3: O mundo segundo Spykman



2.4 - O Poder Marítimo, o *Rimland* e a Eurásia.

Vários estudiosos da Geopolítica, a exemplo de Mahan e Spykman, dividem o mundo em Ilhas de Poder, porem, sob óticas diferentes, mas, que nesse caso, podem se relacionar esse complementarem de forma ímpar. Segundo Mahan, os EUA são uma grande ilha tendo como fronteiras, de um lado o Oceano Atlântico e de outro o Pacífico, ou seja, com uma possibilidade de invasão improvável, em caso de guerra, se considerarmos que Canadá e México são aliados. Mas, de acordo com Filho (2010:1) também seria fundamental continuar mantendo a América Central como “zona de influência”.

Potência insular, os EUA não precisariam de um exército forte, mas de esquadras navais poderosas: uma no Pacífico e outra no Atlântico. Estas frotas, numa emergência, se ajudariam: daí a necessidade de uma passagem entre o Atlântico e o Pacífico próxima ao território norte-americano. Nascia, assim, o projeto do Canal do Panamá. Mahan, em seu livro, defende a ideia de que as potências marítimas tendem a ser dominantes, pois são capazes de manter o controle de áreas ao redor do continente euroasiático, então o “núcleo sócio-econômico-político” do mundo. De fato, a Eurásia pode ser definida como uma enorme massa territorial contínua cuja segurança depende, fundamentalmente, da ação de forças militares terrestres. Em síntese, as nações euroasiáticas teriam uma mentalidade estratégica fundada nos exércitos; os países periféricos à Eurásia optariam pelo poder naval atualmente, aeronaval. Na gíria geopolítica: as nações “baleias” versus os países “ursos”. (FILHO, 2010:1)

Ou seja, o próprio Mahan, no século XIX, já colocava a necessidade da presença fundamental dos Estados Unidos nos Oceanos Pacífico e Atlântico como parte *sine qua non* para a efetivação de uma estratégia de projeção de poder, assim como também já reconhecia o controle de áreas ao redor do continente euroasiático, especialmente as navais, a exemplo de áreas Insulares, como fator primordial de firmamento como potência hegemônica.

O que seria a Eurásia senão o *Hearthland* mackinderiano. Região esta que Spykman coloca sendo a área ou anel marítimo ao redor dela como sendo fator primordial o domínio dessa região como estratégia de projeção de poder mundial. Área a qual denominou de *Rimland*. Assim como Mahan, Spykman coloca a necessidade de os EUA manter a região do Caribe e da América Central como zona de influência incontestável.

[...] ele (Spykman) propõe dividir o “mundo latino” em duas Regiões, do ponto de vista da estratégia americana, no subcontinente: uma primeira, “mediterrânea”, que incluiria o México, a América Central e o Caribe, além da Colômbia e da Venezuela; e uma segunda que incluiria toda a América do Sul, abaixo da Colômbia e da Venezuela. Feita esta separação geopolítica, Spykman define a “América Mediterrânea como uma zona em que a supremacia dos Estados Unidos não pode ser questionada”. Para todos os efeitos trata-se um mar fechado cujas chaves pertencem aos Estados Unidos. (FIORI, 2007:1)

Ao analisar a teoria de ambos podemos concluir que é consensual, dentro de uma estratégia de projeção de poder global, a necessidade de controle da região ao redor da Eurásia, ou seja, o *Rimland*, e para tal seria necessário um poder marítimo poderoso, auxiliado por bases e zonas de influência nos oceanos, em especial o Atlântico e o Pacífico. Mediante a tal conclusão, ilustraremos, com o estudo de caso da República de Porto Rico e da Ilha de Guam, a importância que áreas nesses oceanos para a projeção de poder dos Estados Unidos.

CAPÍTULO 3 – A GEOPOLÍTICA DE EXPANSÃO DOS EUA

Para iniciarmos uma análise nesse âmbito, um apanhado histórico da formação territorial dos EUA bem como apresentar algumas Teorias Geopolíticas são pontos fundamentais para podermos ter o acúmulo necessário a iniciar a análise pretendida nesse Capítulo. Como informado no Capítulo 1, a evolução no controle de regiões estratégicas pelos EUA faz parte da sua política expansionista desde que se consolidou como Estado e teve início o projeto de construção de uma potência.

Os Estados Unidos foram o primeiro estado nacional que se formou fora da Europa. Mas sua conquista e colonização foi uma obra do expansionismo europeu, assim como sua guerra de independência foi uma “guerra europeia”. E seu nascimento foi – ao mesmo tempo – o primeiro passo do processo de universalização do sistema político interestatal, inventado pelos europeus, e que só se completaria, no final do século XX. Além disso, depois da independência das 13 Colônias, em 1776, os Estados Unidos se expandiram de forma contínua, como aconteceu com todos os estados nacionais que já se haviam transformado em Grandes Potências, e em Impérios Coloniais. (FIORI, 2004:4)

Nesse sentido e, como apresentamos, seguindo premissas da Teoria do Poder Marítimo, uma verdadeira odisséia foi implementada em busca do controle de zonas de influência estratégica, em especial as Insulares, isso após a consolidação do estado e formação das fronteiras desde o Atlântico até o Pacífico. Algumas dessas regiões historicamente estiveram ou o controle foi conseguido pelos EUA, a exemplo de Guam, Porto Rico e a República de Palau. Ao longo do tempo algumas delas se emanciparam da proteção estadunidense, a exemplo e Cuba ou Filipinas, mas estas, citadas anteriormente, continuam sob a égide dessa potência. Qual seria então o interesse estratégico-militar em controlar áreas insulares? Será que premissas das Teorias do Poder Marítimo e do *Rimland*, respectivamente dos séculos XIX e XX, continuam fazendo parte do ordenamento geopolíticos dos EUA?

Desde que se consolidaram como potência os EUA vem adquirindo, dominando ou assinando tratados de associação com outros Estados. Com um território distendido ao longo da América do Norte, entre dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, os Estados Unidos não tinham vizinhos que pudessem ameaçar sua segurança. Seu extensivo litoral impedia que qualquer bloqueio fosse efetivamente mantido. E, ao ascender ao primeiro lugar no ranking das maiores potências industriais, nos anos 1890, os Estados Unidos começaram a robustecer seu poder marítimo, até então menor que o do Brasil, Argentina ou Chile. Assim puderam projetar sua influência para o Ocidente e o Oriente, avançando sobre os mares, que a Grã-

Bretanha ainda controlava como o “*chief builder and shipowner*”, com “*vast imperial responsibilities*” na Ásia e na África (MACKINDER 1925: 334 apud BANDEIRA, 2008:1).

Pelo caminho das guerras ou dos mercados, os Estados Unidos anexaram a Flórida em 1819, o Texas em 1835, o Oregon em 1846, e o Novo México e a Califórnia em 1848. E no início do século XIX, o governo dos Estados Unidos já havia ordenado duas “expedições punitivas”, de tipo colonial, no norte da África, onde seus navios bombardearam as cidades de Trípoli e Argel, em 1801 e 1815. Por outro lado, em 1784, um ano apenas depois da assinatura do Tratado de Paz com a Grã Bretanha, já chegavam aos portos asiáticos os primeiros navios comerciais norte-americanos, e meio século depois, os Estados Unidos, ao lado das Grandes Potências econômicas europeias, já assinavam ou impunham Tratados Comerciais, à China, em 1844, e ao Japão, em 1854. (FIORI, 2004:5)

Essa expansão, sempre acompanhada do estabelecimento de bases militares e postos de observação, aparentemente foi ordenada por teóricos geopolíticos, os quais muitas vezes eram militares, a exemplo do supracitado Almirante Mahan ou geoestrategistas, a exemplo de Spykman. Na maioria dos casos essa expansão e construção de uma hegemonia imperial foi orientada não só pelo desejo de crescimento territorial e pontos estratégicos, mas também para garantir áreas de testes bélicos e mercados consumidores, como veremos ao longo deste Capítulo.

De acordo com Marcondes (2006:1), Imperialismo seria a “ocorrência de um fenômeno político, militar e econômico, onde um Estado mais poderoso que os demais estende controle ou autoridade sobre uma ou mais entidades estrangeiras com a finalidade de adquirir ou manter um *imperium*, seja através do domínio direto - com conquistas territoriais - seja através de métodos indiretos - como o controle da economia, política e cultura alienígena.”

Por fim, na própria América, quatro décadas depois da sua independência, os Estados Unidos já se consideravam com direito à hegemonia exclusiva em todo continente, e executaram sua Doutrina Monroe intervindo em Santo Domingo, em 1861, no México, em 1867, na Venezuela, em 1887, e no Brasil, em 1893. E, finalmente, declararam e venceram a guerra com a Espanha, em 1898, conquistando Cuba, Guam, Porto Rico e Filipinas, para logo depois intervir no Haiti, em 1902, no Panamá, em 1903, na República Dominicana, em 1905, em Cuba, em 1906, e, de novo, no Haiti, em 1912. Por fim, entre 1900 e 1914, o governo norte-americano decidiu assumir plenamente o protetorado militar e financeiro da República Dominicana, do Haiti, da Nicarágua, do Panamá e de Cuba, e confirmou a situação do Caribe e da América Central como sua “zona de influência” imediata e incontestável. (FIORI, 2004:5)

A construção de uma potência imperial requereu toda uma estrutura institucional, a qual veio sendo construída ao longo dos séculos XIX e XX. Além do desenvolvimento e estruturação de Forças Armadas Terrestres, Aéreas e Navais, foram criados Escritórios, Departamentos e Comissariados ligados diretamente ao Departamento de Estado e de Interior Americano, este que é o responsável pela supervisão e coordenação de assistência dos EUA e de

financiamento de programas do governo em áreas Insulares e demais e aquele é o responsável pelas relações diretas dos EUA para com tais regiões, de acordo com o Escritório de Relacionamento Insular dos EUA.

Bases militares estrangeiras foram estabelecidas ao longo da história da expansão dos estados e das guerras. Eles proliferam onde um estado tem ambições imperiais, seja através do controle direto do território ou através de controle indireto sobre a economia política, leis e da política externa de outros lugares. Ou não se reconhece como tal, um país pode ser chamado de um império, quando projetos de energia substanciais com o objectivo de afirmar e manter a dominação sobre outras regiões. (LUTZ, 2010:2)

3.1 A lógica geopolítica de ocupação – os casos de Porto Rico e da Ilha de Guam

Quando analisamos a ocupação e construção de bases além-mar pelos EUA será possível observar toda uma cadeia interligada de pontos estratégicos que permitem com que os EUA tenham o controle, observem e possam agir em um curto espaço de tempo em qualquer lugar do globo. Para ilustrar essa afirmação, usaremos os exemplos de Guam e a República de Porto Rico como estudo de caso.

3.1.1- A República de Porto Rico e os EUA

Figura 4: Porto Rico - Oceano Atlântico e Mar do Caribe



Fonte: <http://www.doi.gov/oia/Islandpages/prpage.htm>

Localizada no centro do Mar do Caribe, no Oceano Atlântico (ver Figura 4), a República de Porto Rico foi colônia espanhola até meados do fim do século XIX, desde a sua descoberta e conquista pelos espanhóis em 1493, o povo porto-riquenho passou pela aniquilação do povo buriqui, como eram chamados os indígenas da região, implantação da escravidão de africanos, atentado a cultura local e exploração das mais diversas formas. Inicialmente por

parte da Espanha e posteriormente pelos Estados Unidos, Porto Rico sempre foi dominado pelas potências.

Porto Rico historicamente faz parte de um projeto estratégico-militar dos Estados Unidos. Temendo que potências europeias estendessem suas áreas de influência para a América, os EUA iniciaram uma nova estratégia de desmonte do controle de antigas colônias e protetorados europeus na América (SANTANA, 1996:4), visto que ele próprio havia sido um até a sua independência da Inglaterra, nos idos de 1776.

Porto Rico desempenha um papel chave dentro do esquema militar global e regional do Imperialismo. Entre outras coisas, se considera: uma peça nos sistemas de defesa do Canal do Panamá e de seus acessos marítimos; uma base de operações que possibilita intervenções militares na região do Caribe e que serve para amedrontar permanentemente os povos vizinhos; um centro de controle das atividades navais e das rotas marítimas no Atlântico Sul; cenário para o treinamento de todo tipo e campo de teste para as armas mais modernas e por fim uma fonte abundante de recrutas para o exército dos Estados Unidos". (SANTANA, 1996:15).

Em 1952 se tornou Estado Livre-Associado aos EUA. Nesse contexto, os cidadãos porto-riquenhos passaram a serem cidadãos com direitos semelhantes aos estadunidenses, o dólar foi adotado como a moeda oficial de Porto Rico e eles receberam os mesmo incentivos que um estado federado anexado tem, podendo também ter sua própria constituição, desde que esta não ferisse preceitos da constituição estadunidense e também podendo escolher seu próprio governante, algo que anteriormente não era possível. Frisando que o Presidente dos Estados Unidos continuou a ser o chefe de Estado para efeitos políticos. Por fim, passam a ter direito a um Comissário dentro da Câmara dos Representantes do Congresso dos EUA, este com direito a voz, mas sem direito a voto, de igual forma os cidadãos porto-riquenhos devem reconhecer a autoridade do Presidente dos EUA, mas não podem participar da sua escolha.

O papel estratégico de Porto Rico foi apreciado pelos militares americanos como uma posição vantajosa para os Estados Unidos que devem ser tomadas dos espanhóis para, no futuro, servir como uma base de defesa do Canal do Panamá. O Almirante Alfred Thayer Mahan escreveu que Porto Rico "teria um valor inestimável para o país mãe [Espanha] como uma estação intermediária e naval e como uma base de suprimentos e reforços para ambas as frota navais e exército,... A sua posse permitiria desfrutar das mesmas vantagens para a grande cena de operações que os Estados Unidos tinham em virtude da nossa posição geográfica "(BARNES, 2008:1).

A ocorrência de tais políticas, bem como do total controle da área, inicialmente implementado e com a cessão, ao passar dos anos, de certa autonomia a Porto Rico, culminando com o referendo de 1998, o qual ratificou a condição de Estado Livre Associado já vigente, e por fim o caráter estratégico dessas decisões é fundamentado em vários aspectos. Frisando

que o serviço militar dos porto-riquenhos para com os EUA é obrigatório, no caso deste último.

O uso militar em Porto Rico ficou circunscrito à ação da Marinha de Guerra, que mantinha no oriente da nossa Ilha maior a principal base naval dos EUA de todo o Caribe (e, quem sabe, talvez de todo o Atlântico Norte), assim como às ilhas-município de Vieques e de Culebra, onde se situam os campos de manobras da Marinha e dos seus aliados do Tratado do Atlântico Norte e da Organização dos Estados Americanos. (BRÁS, 2008:1)

Graças a sua geografia e localização únicas, uma vez que a ilha se converteu, desde os anos quarenta do século XX até aos primeiros anos do século XXI, num campo de tiro, de ensaios bélicos e de armazenamento de armas - incluindo armamento nuclear da Marinha de guerra norte-americana, de acordo com Brás (2008:2).

Quanto à teoria do poder marítimo, seu principal expoente foi o almirante norte-americano Alfred T. Mahan (1840-1914). Sua obra transformou-se em referência dos partidários do “destino manifesto” dos EUA e dos defensores da política de expansão do poderio naval daquele país. Na prática, em 1898, a conquista de Porto Rico e das Filipinas, assim como a vitória da guerra Hispano-Americana, consolidaram o poder marítimo dos EUA no Caribe e no Pacífico. A abertura do Canal do Panamá, em 1914, possibilitou a junção das frotas do Atlântico e do Pacífico transformando os EUA em uma grande potência marítima e insular. (SANTOS, 2009:11)

3.1.2- A Ilha de Guam e o Oceano Pacífico

Situada em no Oceano Pacífico, com uma posição estratégica próxima da Indonésia, Filipinas, Japão e China (ver Figura 5), a Ilha de Guam também foi cedida aos EUA pela Espanha graças ao Tratado de Paris em 1898. Em 1899 o Comandante da Marinha dos EUA tomou posse da ilha para os Estados Unidos estabelecendo a base *USA Naval Station* da Marinha dos EUA ainda no mesmo ano. Entre 1941 e 1994 a Ilha foi ocupada e controlada pelos japoneses até que fosse retomada durante os conflitos marítimos entre EUA e Japão na Segunda Guerra Mundial.

Durante a Guerra Fria, muitos destes territórios tiveram bases militares construídas (ver Figura 6), além de servirem de depósitos de ogivas e lançadores de armas nucleares. Dentre estes, destacam-se Guam, Havaí, Porto Rico, Alasca, Midway e a ilha Johnston, todos eles territórios controlados pelos Estados Unidos. (VIEIRA, 2003:1).

Figura5: A Ilha de Guam - Oceano Pacifico



Fonte: <http://www.infoplease.com/atlas/state/guam.html>

Guam, que é frequentemente descrito como a "ponta da lança", é o território mais avançado dos EUA no Pacífico Ocidental. Localizado apenas algumas horas por via aérea ou alguns dias por mar de interesses estratégicos como o Japão, a península coreana, e China, Guam é crítica à postura de defesa dos EUA na região da Ásia / Pacífico Ocidental. Guam é atualmente o lar de uma grande presença dos EUA militar que inclui bases da Marinha e Força Aérea, que compreende quase 27% da massa terrestre da ilha. O Departamento de Defesa (DoD) planeja realocar 8.600 Marines e cerca de 9.000 dependentes de Okinawa para Guam, com um custo inicial estimado de 10,27 bilhões dólares. (Departamento de Interior dos EUA – Tradução nossa)

As bases militares normalmente descarregavam lixo tóxico nos ecossistemas locais, como em Guam, onde as bases militares levaram a criar nada menos que 19 pontos extremamente poluídos. Essa contaminação gera ressentimento e por vezes movimentos sociais extremamente explosivos contra as bases, como aconteceu em Vieques⁷ nos anos 1990. Os Estados Unidos utilizaram Vieques para exercícios de bombardeio real durante 180 dias por ano,

⁷ Ilha-município de Porto Rico, localizada no Mar do Caribe, no passado conhecida como Ilhas Virgens Espanholas.

e, em 2003, na época em que os Estados Unidos se retiraram, a paisagem estava atulhada de granadas detonadas e por detonar, esferas de urânio depletado, metais pesados, petróleo, lubrificantes, solventes e ácidos. Segundo ativistas locais, a taxa de câncer em Vieques era 30% mais alta do que no resto de Porto Rico. (GUSTERSON, 2004:1)

A presença dos EUA em Guam é apropriadamente chamada imperial porque os EUA são um império no sentido estrito do termo, usado por historiadores e outros analistas sociais de formas políticas. Além de colonialismo, outro conceito relevante para a situação de Guam é a militarização. Refere-se a um aumento do trabalho e dos recursos alocados para fins militares e na formação de outras instituições em sincronia com objetivos militares. Trata-se de uma mudança de crenças e valores sociais de forma que o uso legítimo da força (LUTZ, 2010:2).

Figura 6: Bases americanas de programas de defesa ao redor do globo



Fonte: http://www.cnmc.navy.mil/Marianas/Installations/index.htm?show_map=world

Sob Região Mista das Marianas, os EUA, por meio da Base Naval de Guam e Base da Força Aérea de Andersen, supervisionam suas respectivas exigências de missão e operações. A Região Mista das Marianas supervisiona serviços de apoio, políticas e recursos e é um símbolo da parceria histórica entre a Marinha e Força Aérea em Guam, colmatando a aproximadamente 30 quilômetros entre Base Naval dos EUA em Guam e Base da Força Aérea de Andersen. O comandante da Região Mista das Marianas também serve como comandante Naval dos EUA nas Forças Marianas e Representantes da Defesa dos EUA para Guam, *Commonwealth* das Ilhas Marianas do Norte, República de Palau e Estados Federados da Micronésia (Departamento de Defesa – EUA).

3.2 Século XXI, um novo ordenamento ou continuidade?

Com o final do século XX e início da primeira década do século XXI, chegamos ao ponto final de nossa pesquisa, analisar se houve ou não uma mudança da estratégia estadunidense no que tange as áreas de influência em análise. Protetorados, possessões e, principalmente, os Estados Livres-Associados, com o tempo, tornaram-se ainda mais consumidores de produtos manufaturados dos EUA e, em contrapartida, vendem produtos primários ou matérias-primas de modo a manter a relação de dependência e ligação econômica entre o protetor, no caso os EUA, e os protegidos, nos exemplos em destaque, Porto Rico e Guam. A construção de um império, em particular um império capitalista no início do século XXI, requer uma elaborada arquitetura militar, para poder expandir, proteger e consolidar os grandes interesses econômicos, essenciais para os impérios modernos. (PETRAS, 2001:1)

Além dos benefícios estratégicos militares que Porto Rico e Guam fornecem aos EUA mercados consumidores e mão-de-obra militar aos EUA, visto que os cidadãos, por gozarem dos mesmos direitos, também devem cumprir as obrigações de se alistarem nas Forças Armadas. A economia de ambos tem no Turismo sua principal base, mas o parque industrial é basicamente formado por empresas dos Estados Unidos.

De acordo com o The World Factbook da CIA, Porto Rico tem uma das economias mais dinâmicas da região do Caribe. Um setor industrial diversificado ultrapassou em muito a agricultura como o locus primário da atividade econômica e de renda. Encorajados por acesso isento de direitos para os EUA e por incentivos fiscais, empresas dos EUA têm investido pesadamente em Porto Rico desde 1950.

Nota-se, pela análise, que boa parte das ilhas, protetorados e Estados Livres-Associados aos EUA continuam servindo de ponto de testes ou depósitos de armas como forma de manutenção das zonas de influência e presença estratégica no mundo, tendo ocorrido, inclusive, testes nucleares entre 1946 e 1958 nos Atois de Biquini e Enewetak. A título de exemplo.

O fato é que o fim da Guerra Fria fez com que os EUA atentassem a mais focos de influência além das Áreas Insulares. Esse movimento pode ser usado para explicar a mudança estratégica dos EUA ou revisão da mesma. Observa-se que ao fim da Guerra Fria, mais precisamente início dos anos 1990, graças ao reordenamento global no que se refere ao poder e

ocasionado com o esfacelamento da URSS os EUA revisaram suas zonas de influência e pontos de grande enfoque outrora.

Em relação a Guam, as bases militares fazem parte do amplo sistema militar EUA presentes em todo o mundo e no continente. Esse sistema é muito grande em escala e impacto e tem uma razão especial se contencioso. [...] O programa em Guam foi projetado para custar entre US\$ 10 e US\$ 15 bilhões de dólares, com grande parte desse montante custeando contratos com empresas dos EUA, Japão, Coreia do Sul e, menos significativamente, de Guam em si (Lutz, 2010:3). Ou seja, até com a ocupação dos EUA os cidadãos de Guam não tem acesso ou se beneficiam de algum modo em se falando de construção civil, bens econômicos ou sociais deste orçamento.

O impacto ambiental, político e econômico dessas bases são enormes. Enquanto algumas pessoas beneficiam a vinda de uma base, pelo menos temporariamente, a maioria das comunidades e muitos dentro delas pagam um preço alto: a sua terra de fazenda tomada por bases, seus corpos atacados por cânceres e distúrbios neurológicos devido às militares exposições tóxicas, seus vizinhos presos, torturados e desaparecidos pelos regimes autocráticos que sobrevivem com o apoio dos EUA militar e político dado como uma forma de renda tácita para as bases. (LUTZ, 2010:3)

Outro ponto a ser destacado na análise da manutenção de áreas como Guam e Porto Rico sob a tutela dos EUA pode ser a ascensão de Estados asiáticos, em especial a China, como potências econômicas que podem vir a ameaçar a hegemonia estadunidense. Os EUA, Japão e outros países marítimos tradicionais também devem reconsiderar o "poder naval" na Ásia como um componente-chave de sua capacidade de defender seus próprios interesses nacionais (KANEDA, 2005:3). Tais afirmações podem justificar a continuidade do interesse dos EUA em ter a Ilha de Guam sob seu controle, considerando a localização geográfica próxima de Estados como China e Japão e sendo estes, considerados potenciais ameaçadores aos interesses nacionais dos EUA (ver Figura 7).

A expansão naval da China altera o equilíbrio existente no Oceano Índico e no Pacífico Ocidental, colidindo com os interesses de segurança de outras potências marítimas como Japão, Índia, ou os EUA, este último é a única superpotência global que ostenta a proeminência em águas marinhas do Extremo Oriente. (FERREIROS, 2011:1)

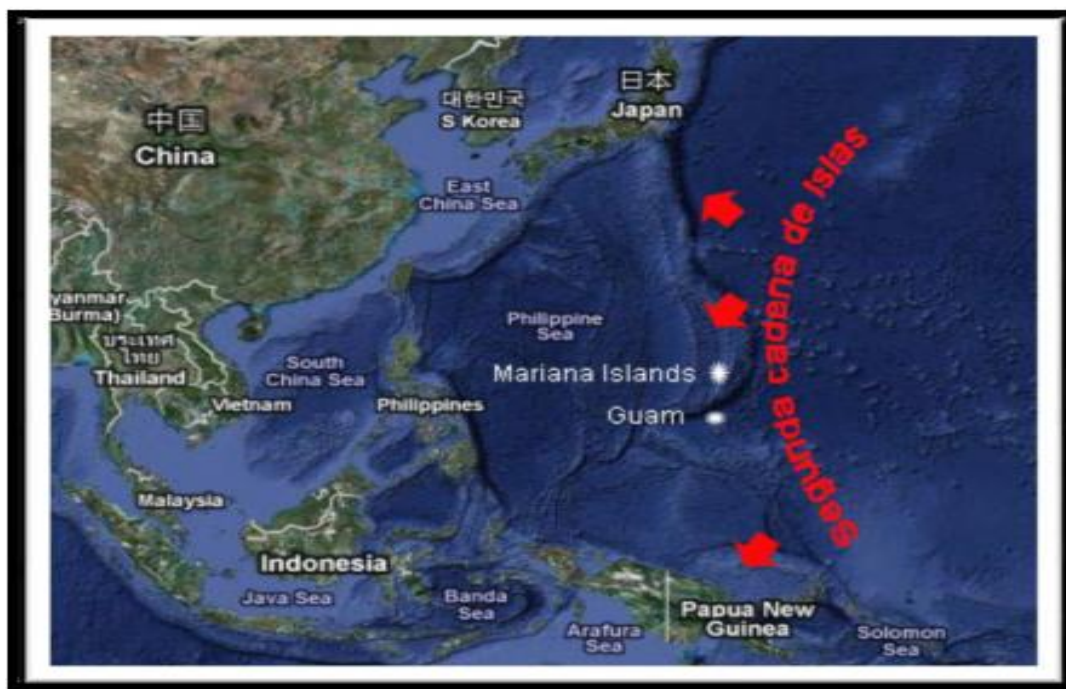
A questão de projeção de poder dos EUA está intimamente ligada ao controle dessas áreas estratégicas, em uma conjuntura passada ou na atualidade. Ainda de acordo com Ferreiros (2011:2), este processo de expansão marítima já está tendo efeitos sobre o equilíbrio de

poder nessas regiões e, portanto, abre o risco de conflito entre Pequim e os países costeiros do Mar da China Meridional, Oceano Índico e, claro, o poder militar da Marinha dos EUA, dominante na Ásia, e cuja capacidade de bloquear portos e transporte marítimo chinês contando com a vantagem estratégica que lhes oferecem suas bases em torno da periferia da China, Japão, Coreia e Guam visto que, na concepção desse autor, a nova concepção estratégica adotada pela China no que se refere ao controle dos mares próximos estabelece a necessidade de controlar águas ao Oeste a segunda cadeia de Ilhas que se estendem desde o Japão incluindo as Ilhas Marianas e Guam, estas últimas Ilhas sob o controle dos EUA.

[...] a militarização de Guam é objetivamente mais extrema em sua concentração do que a encontrada praticamente em qualquer outro lugar na Terra. Existem apenas algumas outras áreas que estão em condições semelhantes - todos, não por coincidência, como ilhas de Okinawa, Diego Garcia e, no passado, Vieques, Puerto Rico (ver, por exemplo, Inoue 2004, Yoshida 2010 e McCaffrey, 2002). Este foi o produto de uma estratégia de ilha para a Marinha dos EUA, desenvolvido em face da descolonização e ansiedades sobre o destino de bases continental dos EUA, nesse contexto, na década de 1950 e 1960 (VINE, 2007 apud TEIXEIRA, 2008:3).

De igual forma, a manutenção do Caribe e da América Latina como zonas de influência dos EUA podem ser denotados, de acordo com Petras (2001:1), os estrategistas militares estadunidenses atribuírem à importância dessas regiões ao fato de que mais de 39% do comércio dos EUA se realiza dentro do Hemisfério Ocidental. Além do mais, 49 centavos de cada dólar gasto na América Latina se utilizam em bens e serviços importados dos EUA. A América Latina e Caribe fornecem mais petróleo aos EUA do que todos os países do Oriente Médio.

Figura 7: Segunda cadeia de Ilhas



Fonte: FERREIRÓS, Alejandro Mackinlay. Las ambiciones Marítimas de China. Documento de Opinión 06/2011

Assim, o império militar norte-americano, dirigido pelo US SOUTH COM⁸, tem construído e estendido múltiplas organizações regionais, coordenadas pelo Comando dos EUA de Miami e Porto Rico. O império tem controle e influência sobre o espaço aéreo, as águas costeiras, as rotas fluviais e terrestres - através dos aeroportos, instalações navais e bases militares. O Império está construído e sustentado pelo fornecimento de equipes militares, treinamento e serviços aos clientes latino-americanos e caribenhos. O US SOUTH COM executa um grande número de programas (178 no ano 2000), combinando operações e exercícios de treinamento, cursos de formação, equipes móveis de treinamento, intercâmbio de unidades e financiamento de vendas militares. (PETRAS, 2001:2)

Diferentemente de quando, na década de 1990 e, mais tarde, os fecharam bases e encerraram sua atuação, mais significativamente, nas Filipinas, Panamá, Arábia Saudita, Vieques, e Uzbequistão (Simbulan 1985 apud Lutz, 2010:2), a presença militar dos EUA em Guam não tem planos de ser finalizada a médio ou curto prazo. Os projetos de expansão da presença estadunidense na região só tendem a crescer a cada governo que passa.

Esta expansão militar foi planejada em Washington, com a aquiescência e financiamento de Tokyo, a fim de transferir cerca de 8.000 fuzileiros navais e 9.000 dependentes de Okinawa, bem como da Marinha dos EUA, Exército, Força Aérea e os ativos e operações para Guam e da Comunidade das Marianas do Norte (CNMI) (Erickson apud Mikolay, 2006:5).

Os planos são de tirar o fôlego em seu alcance, incluindo a remoção de 71 acres de recifes de coral da Apra Harbor para permitir a entrada e atracação de porta-aviões nuclear, a aquisição de terrenos, incluindo o mais antigo e venerado Chamorro aldeia na ilha de Pagat para um live-fogo escala de treinamento, e um aumento estimado de 47 por cento da população da ilha, já passou a sua capacidade de abastecimento de água de transporte. A expansão militar está sendo planejado com um terço da ilha já em mãos militares e um legado substancial histórico de contaminação ambiental e esgotamento, o controle político externo, e outros problemas trazidos pela presença militar existente. (LUTZ, 2010:1)

Está mais do que claro que o findar da Guerra Fria trouxe um reordenamento a geopolítica dos EUA, o qual continua sendo sentido até os dias atuais. A própria base de Roosevelt Roads, até então uma das maiores bases estadunidenses fora do continente e localizada em Porto Rico, foi desativada em 2004 em cima de protestos e gritos de defesa da soberania

⁸ Comando Sul dos EUA (em inglês US SOUTH COM). A área de responsabilidade do US SOUTH COM abraça toda a América Central e a América do Sul, Caribe e as águas que a rodeiam, totalizando mais de 15,6 milhões de milhas quadradas e mais de 404 milhões de pessoas. (PETRAS, 2001:1)

do povo porto-riquenho e contrários aos testes militares, bélicos e nucleares realizados na região, em especial na cidade de Vieques.

Apesar do fechamento, a área continua pertencendo aos EUA. A base naval, que se espalha através 8.600 hectares na costa leste de Porto Rico, na cidade de Ceiba, foi estimado para bombear cerca de US \$ 300 milhões anuais na economia da ilha, de acordo com a Agência Reuters em notícia veiculada a época.

Ainda segundo a Agência Reuters (2004), o encerramento seguiu uma bem-sucedida campanha para deter o uso da vizinha ilha de Vieques para jogos de guerra e trouxe o que alguns viram como um fim simbólico à vida na ilha caribenha de século de duração, como uma colônia militar dos EUA,

A Marinha decidiu “puxar o plugue” na base maio 2003 depois que foi forçado a abandonar a sua gama de bombardeio em Vieques, um local chave para jogos de guerra dos EUA por cerca de 60 anos. [...] Autoridades disseram que mantendo Roosevelt Roads aberto sem o campo de treinamento Vieques seria um dreno em dólares dos contribuintes. de (Agência Reuters, 01/04/2004).

3.3 A geopolítica e a estratégia das bases militares dos EUA, a continuação das premissas do Poder Marítimo e do *Rimland*.

Após a consolidação da dominação continental, houve três períodos de ambição global expansiva nos EUA começo da história, em 1898, 1945 e 2001. Cada um está associado com a aquisição de um número significativo de novas bases militares no exterior. A guerra hispano-americana resultou na aquisição de um número de colônias, mas os EUA sistemas de bases foram muito menores do que a de seus pares políticos e econômicos, incluindo muitos países europeus, assim como o Japão. Nas próximas quatro décadas soldados dos EUA foram estacionados em apenas 14 bases, algumas muito pequenas, em Puerto Rico, Cuba, Panamá e Ilhas Virgens, mas também, já, estendendo-se através do Pacífico para o Havaí, Midway, Ilhas Wake e Guam, Filipinas, Xangai, dois nas Aleutas, American Samoa, e Ilhas Johnston (HARKAVY 1982:8).

Conforme constatamos, a ocupação de áreas, a exemplo das já citadas em Porto Rico e Guam, bem como diversas outras áreas, Insulares ou não, através do globo, faz parte de um projeto de projeção de poder dos EUA desde o século XIX seguindo premissas geopolíticas. Recentemente, tempos de Guerra Fria, as áreas Insulares foram de suma importância além de funcionarem como pontos de apoio tático de grande valia. Nove locais com armas nucleares são apontados no documento do Pentágono: Cuba, Porto Rico, Inglaterra, Alemanha Ocidental, os territórios dos EUA de Guam, Ilha Johnston e Midway, e do Alasca e Havaí,

que foram, e alguns continuam sendo, territórios dos EUA nos primeiros anos da Guerra Fria. (BURNS, 1999:1).

De acordo com Lutz (2010:3), ao lado de suas funções militares e econômicas, bases têm dimensões simbólica e psicológica. Eles são expressões altamente visíveis da vontade de uma nação ao status e poder. Elites estratégicas construíram bases como um sinal visível de estar da nação, tanto quanto eles construíram monumentos e navios de guerra. Assim, também, políticos contemporâneos dos EUA e do público tem tratado o número de suas bases como indicadores da nação *hiperstatus* e hiperpotência.

Realmente, em termos estratégicos, a projeção geopolítica dos Estados Unidos, na direção da Ásia, e a vastidão do seu próprio território continental, que separava o litoral do Atlântico do litoral do Pacífico, constituíam um problema para a defesa, dado que era difícil separar e, quando necessário, reunir suas frotas, em caso de guerra. Esta foi uma das razões pelas quais o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) apressou a abertura de um canal interoceânico, no istmo do Panamá, território pertencente à Colômbia, a fim de consolidar os alicerces do império, cuja soberania se expandira de Cuba e Porto Rico, no Caribe, até Tutuila, no arquipélago de Samoa, e Guam, ao sul do Pacífico, quinze milhas a leste das Filipinas, possibilitando que suas frotas pudessem circular livremente e reunir-se, no momento e no local em que as circunstâncias táticas e estratégicas o exigissem. Motivos tanto militares quanto civis faziam “imperativos” o estabelecimento de “fácil e rápida” comunicação por mar, entre o Atlântico e o Pacífico. (ROOSEVELT, 1985: 538)

Oficialmente, a partir de finais de 2008 (a última data que o Departamento de Defesa dos EUA tornou público esses dados) mais de 150.000 soldados e 95.000 funcionários civis estão concentradas em 837 instalações militares dos EUA em 45 países e territórios, excluindo Iraque e no Afeganistão. Lá, os militares dos EUA possuem ou alugam 720 mil hectares de terra, e possuem, alugam ou utilizam 60 mil edifícios e gerenciam estruturas avaliadas em US \$ 145 bilhões. Mais de 4.742 bases domésticas estão localizadas nos Estados Unidos. Estes números oficiais são bastante falaciosos quanto à escala de militares dos EUA no estrangeiro baseando, no entanto. Isso é porque eles não só excluem a concentração maciça de novas bases e presença militar no Iraque e no Afeganistão, mas também instalações secretas ou não reconhecidas em Israel, Kuwait, Filipinas e muitos outros lugares (ver Figura 8). (LUTZ, 2010:3)

Ao terminar a década, a distribuição geopolítica das novas bases militares norte-americanas não deixa dúvidas sobre a existência de um novo “cinturão sanitário”, separando a Alemanha da Rússia, e a Rússia da China, e sobre a existência de um novo poder militar global, com o controle centralizado de uma infraestrutura mundi-

al de poder, com mais de 700 bases ao redor do mundo, com acordos de “apoio militar recíproco” com cerca de 130 países, com o controle soberano de todos os oceanos, e com a capacidade de intervenção quase instantânea, em qualquer ponto do espaço aéreo mundial. (FIORI, 2004:8)

A facilidade com que os militares dos Estados Unidos puderam construir essa rede de bases a serviço do imperialismo, de acordo com Petras (2002:3), deveu-se principalmente ao apoio e treinamento, em longo prazo, de oficiais militares dos países dependentes (SILVA, 2005). Na verdade a nova estratégia dos EUA pode consistir em alocar soldados em novas áreas de grande importância energética, a exemplo do Iraque, retirar tropas de locais estratégicos que já não mais significam ameaça ou fortalecer outras que permanecem significando muito para seus planos no que tange a zonas de influências.

Figura 8: Países com bases militares dos EUA



Fonte: <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=5564>

Na verdade, nos diz Lutz (2010:3), Enquanto a velocidade de implantação é enquadrada como umas razões importantes para a continuação bases avançadas, igualmente importantes, é que as tropas poderiam ser implantadas em qualquer lugar do mundo a partir de bases dos EUA sem ter que tocar baixo no caminho. os soldados dos EUA estão sendo cada vez mais alojados em território dos EUA, incluindo as áreas longínquas como Guam, que está atualmente prevista para um maior acúmulo, por essa razão, bem como para evitar os custos políticos e outros de uma missão no estrangeiro.

Como batalhas tornam-se bases, assim bases tornam-se batalhas, as bases no Leste da Ásia adquirida na guerra hispano-americana e na Segunda Guerra Mundial, como Guam, Okinawa e nas Filipinas, tornou-se a sítios primários a partir da qual os Estados Unidos travaram uma guerra no Vietnã. Sem eles, os custos e obstáculos logísticos para os EUA teriam sido imensos. (LUTZ, 2010:3)

No fim, a lógica estratégica das bases dos EUA pelo globo aponta para concluir que a presença dos EUA, seja em Guam, Porto Rico ou em qualquer outro local do globo, as bases são geralmente apresentados, sobretudo, como tendo racional, fins estratégicos, o poder imperial afirma que eles fornecem para frente de defesa para a pátria, a oferta de outras nações com a segurança e facilitar o controle das rotas comerciais e de recursos. (LUTZ, 2010:2)

Nicholas J. Spykman era um ferrenho defensor de uma política intervencionista norte-americana tanto na Europa quanto na Ásia. Contrariando os argumentos dos estrategistas que defendiam a hegemonia dos Estados Unidos apenas no âmbito do continente americano e o isolacionismo em relação ao equilíbrio de poder na Europa e na Ásia, Spykman dizia claramente que a América seria vulnerável às invasões provenientes tanto do Hemisfério Ocidental (Europa) quanto do Hemisfério Oriental (Ásia). (CANCIAN, 2006:3)

De fato isso pode justificar o desejo de continuidade do controle de áreas ao redor do globo como Guam e Porto Rico pelos EUA, assim como denota que premissas advindas de Mahan e Spykman estão mais vivas do que nunca na conjuntura atual. Ainda de acordo com Cancian (2006:3) essa macro estratégia teria como consequência a criação de várias linhas de defesa, baseadas em bases navais situadas no Hemisfério Norte, região do globo terrestre que concentra os principais centros do poder mundial. A primeira linha de defesa, contudo, deveria estar situada na orla eurasiática, ou seja, em países fronteiriços com o Heartland, região que Spykman chamou de *Rimland* e que Mahan colocava como fundamental visto que as potências do Heartland makinderiano eram de poder predominantemente terrestre.

O domínio das águas do Pacífico é um objetivo estratégico tradicional dos Estados Unidos, acentuado atualmente pelo aumento da importância da China. O exército norte-americano mantém 37.000 homens e 100 aviões de combate de última geração na Coreia do Sul; 50.000 soldados no Japão (sobretudo na base de Okinawa) e 600 soldados, entre os quais 130 dos corpos de elite, transferidos recentemente para as Filipinas. (GALINDO, 2002:1)

Considerando então, a possibilidade de união das estratégias pensadas por Mahan no que tange o poder marítimo, o controle do *Rimland* na Eurásia e a posse de regiões estratégicas nos oceanos, em especial o Atlântico e o Pacífico, poderemos entender que a projeção de poder daquele que conseguisse tamanha proeza, no caso os EUA, poderia garantir um alcance

global de seus interesses. Qualquer potencial desafiador de Washington na Eurásia deve tornar-se um alvo para a estratégia global dos EUA. Nesse sentido, EUA não tolerarão nenhum concorrente ou futuro rival na Eurásia, pois o controle desse vasto território, desde o Atlântico Este até ao Pacífico Ocidental, é a chave para a dominação global. (Rozzof, 2010:1)

Um dos pontos que podemos destacar para ilustrar a possibilidade de continuação da aplicabilidade de Teorias do Poder Marítimo ou do *Rimland* foi revisão política ocorrida em 1995 e que serviu para redefinir e reestruturar a sua relação com as áreas insulares dos EUA. Em reconhecimento ao avanço político e aumento do autogoverno das áreas insulares.

Foi nesse contexto pós- Guerra Fria que os Estados Unidos decidiram revisar e redefinir o relacionamento e os mecanismos administrativos existentes entre o Estado e as áreas Insulares. Assim criou o Escritório de Relações Insulares dos EUA em 04 de agosto de 1995, através do Despacho nº 3.191 do Secretário de estado dos EUA, no intuito de reorganizar a administração dessas áreas e o Departamento do Interior tem a responsabilidade administrativa pela coordenação da política federal nos territórios de Samoa Americana, Guam, Ilhas Virgens dos EUA, e da Comunidade da Mariana Islands do norte, e supervisão de programas federais e fundos nos estados livremente associados dos Estados Federados da Micronésia, a República das Ilhas Marshall e República de Palau.

Esse escritório foi criado especificamente para cuidar e administrar as relações insulares dos EUA no sentido de zelar pelo cumprimento dos acordos de Livre-Associação, como no caso de Porto Rico, ou de possessões e Territórios Não-Anexados, como no caso de Guam. Vinculado diretamente ao Departamento de Interior dos EUA.

O Departamento do Interior tem a responsabilidade administrativa na coordenação da política federal nos territórios de Samoa Americana, Guam, nas Ilhas Virgens dos EUA, e da Comunidade da Mariana Islands do norte, e supervisão de programas federais e fundos nos estados livremente associados, tais como os Estados Federados da Micronésia, a República das Ilhas Marshall e a República de Palau. (Escritório de Relações Insulares, 2011. Tradução nossa)

O que pode ser observado nesse caso é também uma aparente fusão de premissas contidas nas Teorias do Poder Marítimo e na Teoria do *Rimland*, as quais juntas apresentam ordenamentos claramente detectados na estratégia de projeção de poder dos EUA. Por um lado a expansão marítima mahaniana e a construção de bases, de outro lado a constante vigilância dos oceanos Atlântico e Pacífico, pontos que Spykman dizia ser o norteador da política intervencionista dos EUA de poder periférico baseado na Teoria do *Rimland*, tendo como

resultado o desenvolvimento do poder aéreo naval e a supremacia nos mares e oceanos, seguindo a ótica de Cancian (2006:4).

Uma das formas que América descobriu para poder manter o seu poder, foi atuar diretamente através da sua implicação na política externa. Esta atuação não foi inocente. Ela é feita através da leitura e da interpretação de Spykman. América deixou assim de se ver como uma ilha inatingível para se envolver no problema concreto do mundo onde ela é parte integrante. Este envolvimento viu-se na participação americana na reconstrução de Alemanha e do Japão e consequentemente nas suas integrações nas organizações e instituições internacionais. (VALENTIM, 2009:1)

Apresenta-nos Dias (2002:2) que na sua teoria da conquista do mundo, Spykman disse que “o domínio do mundo passa pelo domínio do Heartland, que por sua vez carece da conquista prévia do *Rimland* e que neste quadro, seria necessária a existência de uma política intervencionista permanente, numa solução híbrida entre o poder continental e o poder marítimo, havendo que selecionar as regiões ou áreas onde intervir, sendo que estas fariam parte de *Rimland*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisarmos o contexto expansionista territorial e de influência dos EUA, podemos chegar à conclusão que, de fato, houve um ordenamento estratégico ao longo do século XIX e XX seguindo premissas da Teoria do Poder Marítimo do Almirante Mahan e da Teoria do *Rimland* de Spykman. O fato é que elas foram de grande desde a gênese do projeto de projeção de poder global por parte dos EUA bem como para a ampliação territorial do país no que se refere a fronteiras que hoje vão do Oceano Atlântico ao Pacífico, além de áreas Insulares controladas em todos os demais Mares e Oceados no Mundo.

Tais afirmações de Mahan servem claramente a expansão dos EUA até meados da metade do século XX, porém apenas a expansão marítima contida na Teoria do Poder Marítimo não pode ser usada para lastrear e justificar todo o processo de crescimento e fortalecimento dos EUA, em especial após a metade do século XX, quando o antagonismo entre Socialismo e Capitalismo e URSS e EUA fizeram com que as disputas geográficas por zonas de influência terrestres fossem tão importante quanto, além da grande valia que a orientação ideológica passou a ter perante a conjuntura da época. Nesse contexto, de surgimento da OTAN, visto que a grande massa de bases dos EUA na Europa dá suporte a OTAN atua no que equivaleria à área apontada como sendo o *Rimland*, ou seja, o entorno do Hearthlan mackinderiano, denota-se o uso conjunto de análises estratégicas de ambos na construção da política de projeção de poder estadunidense.

O que pôde ser observado, mediante a análise dos fatos, é que a busca de pontos estratégicos ou de expansão territorial dos EUA parece ter tomado novos rumos e óticas. No século XXI a Geopolítica estratégica estadunidense parece estar se orientando agora, mais especialmente, pelas fontes de energia, mercados consumidores e controle e investimentos de áreas e rotas marítimas próximas a Ásia, a exemplo de Guam. Semdeixar de considerar é claro, a manutenção de líder em seu complexo regional, ou seja, a América.

Um outro fator que também devemos considerar quando analisamos o fim do século XX e a conjuntura atual, guerras, a exemplo da existente no Iraque, reativação da IV Frota, dentre outros, é a preocupação dos EUA no que tange as fontes de energia também como fatores primordiais no seu ordenamento geopolíticonos últimos séculos. É o que Klare (2008) chama de geopolítica da energia. Apesar disso, premissas de dominação dos mares propostas por Mahan continuam a fazer parte do seio estratégico estadunidense principalmente com a

expansão da influência política econômica da China e devido ao fato das maiores rotas comerciais ainda continuarem a ser marítimas.

De acordo com Hideaki Kaneda, ex-Vice Almirante das Forças de Defesa do Japão, fala que “em uma época de mísseis e ameaças terroristas muita gente pensa que o Poder Marítimo é um conceito e um termo do passado. Não na China. Na verdade, a China está colocando uma ênfase crescente sobre os interesses navais e marítimos: o desenvolvimento econômico, ordenamento do território, a segurança energética, alimentar e o comércio”. Quer dizer, premissas elaboradas no século XIX e XX parecem mais vivas do que nunca em pleno século XXI.

Nada que os EUA não já tenham ou continuem fazendo, fato este que pode denotar o claro uso de definições e propostas elaboradas por Mahan e Spykman desde o século XIX e após a Segunda Guerra Mundial, os quais agora, junto com uma corrida pelo controle de fontes de energia, em especial o petróleo, orientam a estratégia política e energética de interesse nacional dos dois países mais fortes na atualidade e que podem colocar ambos como rivais Geopolíticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e Política Exterior Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.128p.

_____. **A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos**. Revista Espaço Acadêmico, nº 89, outubro de 2008.

BARNES, Mark R. **The Puerto-Rican Naval Campaign, 1898**. Disponível em:<
<http://www.spanamwar.com/puertonaval1.htm>). Acesso em 20 de novembro de 2011.

BAVARESCO, Agemir; CHRISTINO, Sérgio B. **Modelos de Autonomia Individual e Estado de Direito em Hegel**. Filosofazer. Passo Fundo, n. 31, jul./dez. 2007, p. 51-76.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004. Estudos Avançados 19 (53), 2005.

BONFIM, Uraci Castro. **Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército**. Ensino à Distância CPEAx/EaD. 2a prova geopolítica- 2005 -. p65

BRAGA, Sandra Rodrigues. **Sensos, Consensos e Dissensos: Itinerários Geopolíticos de Ratzel a Lacoste**. Revista de Geopolítica, Ponta Grossa - PR, v. 2, nº 1, p. 146 – 163, jan./jun. 2011.

BRÁS, Juan Mari & Mayagüez. **Perspectiva e antecedentes da novíssima luta pela independência em Porto Rico, 2008**. Disponível em
http://www.redportiamerica.com/perspectiva_e_antecedentes.html). Acesso em 20 de novembro de 2011.

BURNS, Robert. **Pentagon Reveals Weapons Locations**. Disponível em <
<http://www.greatdreams.com/weapons.htm>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

CANCIAN, Renato. **Geopolítica: Teorias do Heartland e do Rimland**. 2007. Texto de Sociologia. Universo On Line UOL-Educação/sociologia). Disponível em <
<http://educacao.uol.com.br/sociologia/geopolitica-teorias-do-heartland-e-do-rimland.jhtm> >
Acesso em 09 de novembro de 2011.

CAIRO, Heriberto. **A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia**. Cad. CRH, Salvador, v. 21, n. 53, Agosto, 2008 .
Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 de novembro de 2011.

CHAUPRADE, Aymeric. **Géopolitique: constants et changements dans l'histoire**. 2e. ed. Paris: Ellipses, 2003. 960 p.

DERRIDA, Jacques. **A razão do mais forte**. Disponível em < <http://diplo.org.br/imprima527>>. Acesso em 09 de novembro de 2011.

DIAS, Carlos Manuel Mendes. **Geopolítica: teorização clássica e ensinamentos**; Gradiva, pg. 196, Lisboa, 2002.

DUFOUR, Jules. **The Worldwide Network of US Military Bases**. The Global Deployment of US Military Personnel. Disponível em < <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=5564>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

FARIAS Flávio José de Moura. **A Dimensão Estratégica da Política Externa dos Estados Unidos no Caribe (1898-1904)**. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2006.

FERGUSON, Niell. **Hegemony or Empire?** Disponível em <http://www.foreignaffairs.com/articles/59200/niall-ferguson/hegemony-or-empire>. Acesso em 25 de março de 2011.

FERREIRÓS, Alejandro Mackinlay. **Las ambiciones Marítimas de China**. Documento de Opinión 06/2011. Disponível em: < http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2011/DIEEE06_2011AmbicionesMaritimasChina.pdf > . Acesso em 20 de novembro de 2011.

FILHO, Miguel Jeronymo. **A Geopolítica e as Relações Internacionais**. Disponível em < <http://geopoliticatocolando.blogspot.com/2010/04/definicao-de-geopolitica.html>>. Acesso em 25 de outubro de 2011.

FIORI, José Luís. **Nicholas Spykman e a América Latina**, 2007. Disponível em < <http://www.amersur.org.ar/PolInt/Fiori.htm>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

_____. **A NOVA GEOPOLÍTICA DAS NAÇÕES e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul, 2004**. Disponível em < <http://www.unicap.br/neal/artigos/ProfFiori.pdf>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

GALINDO, Juan Carlos. **Uma rede militar global**. 2002. Disponível em < http://imediata.org/lancededados/galindo_redemilitar.html> Acesso em 10 de outubro de 2011.

GÓES, Guilherme Sandoval. **Centros Mundiais de Poder**. Disponível em < https://sistema.planalto.gov.br/siseventos/viienee/exec/arquivos/ANAISVIIENEE_INTERNET/02RELACOESINTERNACIONAIS/MESA26NOVASAGENDAS/MESA26APRESENTACOES/GuilhermeGeodireito.pdf > Acesso em 10 de outubro de 2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **GEOGRAFIA E MODERNIDADE**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1996.

GUSTERSON, Hugh. **EUA: O Império das bases militares, 2004**. Disponível em <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=57712> > Acesso em 20 de outubro de 2011.

HARKAVY, R.E. **Great Power Competition for Overseas Bases: The Geopolitics of Access Diplomacy**. Pergamon: New York. 1982.

IANNI, Otavio. **A questão nacional na América Latina**. Texto apresentado no Simpósio Interpretações Contemporâneas da América Latina, realização do Instituto de Estudos Avançados — Universidade de São Paulo — São Paulo, 24 e 25 de junho de 1987 - Sala do Conselho Universitário

KANEDA, Hideaki. **El ascenso del "poder marítimo" chino**. 2005. Disponível em <<http://www.project-syndicate.org/commentary/kaneda7/Spanish>> Acesso em 5 de novembro de 2011

KLARE, Michael T. **A nova geopolítica da energia**. 2008. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15011> Acesso em 4 de novembro de 2011.

KRASNER, Stephen D. **Who Gets a State, and Why? The Relative Rules of Sovereignty**. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/64872/stephen-d-krasner/who-gets-a-state-and-why> . Acesso em 22 de março de 2011.

KRISTENSEN, Hans M. **Estimated Nuclear Weapons Locations 2009**. Disponível em <<http://www.fas.org/blog/ssp/2009/11/locations.php>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

LUTZ, Catherine. **American Military Bases on Guam: The US Global Military Basing System**. 2010. Disponível em <<http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=20405>> Acesso em 05 de novembro de 2011.

_____. **Homefront: A Military City and the American 20th Century** (Boston: Beacon Press). 2001.

MACKINDER, Halford T. **The geographical pivot of history**, Geographical Journal, n.23, p.421-437, 1904 [Trad.ao castelhano em: RATTENBACH, A. B. (Comp.): Antología Geopolítica. Buenos Aires: Pleamar, p. 65-81, 1975].

_____. MACKINDER, Sir. Halford J. **Britain and the Britain Seas**. Oxford: At the Clarendon Press, 2nd edition, 1925, p. 334.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power upon history 1660-1783**. New York: Dover Publication, 1987.

_____. **Retrospect & Prospect: suties in International Naval and Political**. London: Sampson Low, Maston & Company, 1902.

MALTEZ, José Adelino. **Princípios de Ciência Política** – Introdução à Teoria Política, ISCSP, 2ª Edição, 1996.

MARCONDES, Andrea M Pennacchi. **AS RAÍZES HISTÓRICAS E TEÓRICAS DO IMPERIALISMO**. Vol. 12, No 12 (2006). Disponível em <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/442/435>. Acesso em 25 de setembro de 2011.

MARTINEZ, Ruben Berrios. **Independence for Puerto Rico: The Only Solution**. Disponível em <http://www.foreignaffairs.com/articles/27474/ruben-berrios-martinez/independence-for-puerto-rico-theonly-solution>. Acesso em 25 de março de 2011.

_____ **Puerto Rico's Decolonization**. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/53582/ruben-berrios-martinez/puerto-ricos-decolonization>. Acesso em 26 de março de 2011.

MATOS, Fabiano Almeida. **A formação do Estado Nacional Estadunidense: Da unidade a expansão territorial**. Ameríndia. Volume cinco, Número 1/2008

MATTOS, Carlos de Meira. **Novas Teorias do Poder Mundial**. In Ideias em Destaque / Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. – n.20, 2006 –v. – Quadrimestral. P. 16

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem tem medo da geopolítica? São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.pg. 222.

MENDÉZ, José Luís. **Las ciencias sociales y La política en Puerto Rico**. Revista de Ciencias Sociales 17 (2007): 40-57.

PALMA, Hugo. **A Geopolítica de Ratzel, la Blache e Kjellen e o Eclodir da I Grande Guerra**. Disponível em < http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=373>. Acesso em 10 de novembro de 2011

PETRAS, James. **Construção do império Norte-Americano na América Latina: a estratégia militar dos Estados Unidos (I)** . 2001.Disponível em < <http://www.resistenciaabr.org/contrucao.htm>>. Acesso em 10 de novembro de 2011

Portal HistoriaNet. **A Guerra da Secessão**. Disponível em < <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=361>> . Acesso em 05 de novembro de 2011.

Portal Mini WEB Educação. **A política Norte-Americana antes da I Guerra Mundial**. Disponível em < http://www.miniweb.com.br/historia/artigos/i_contemporanea/eua_sec_xx_1.html> . Acesso em 05 de novembro de 2011.

Portal do CIA – **The World Factbook**: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

Portal do **Departamento de Defesa dos EUA**: www.defense.gov

Portal do **Departamento de Estado dos EUA**: www.state.gov/

Portal do **Departamento de Interior /Escritório de Relações Insulares dos EUA**:
<http://www.doi.gov/oia/index.html>

Portal do **U.S. History Online Textbook**: <http://www.ushistory.org/us/44b.asp>. 2011

PORTO RICO: DUPLA IDENTIDADE FALSA. “Gazeta Mercantil”, caderno “Fim de semana”, julho/2000.

RATTENBACH, Augusto B. (Org.). **Antologia geopolítica**. Buenos Aires: Pleamar, 1975. 190 p.

REGO, Joaquim Arinê Bacelar. **Elementos para uma Geopolítica brasileira no século XXI**. Disponível em < <http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/elementosGeopolitica.pdf> > Acesso em 10 de outubro de 2011.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização**. Cia das Letras 528p. São Paulo, 2007.

RIVERA, Alexis O. Tirado. **El Tratado de Paris: un documento de nuestra historia política, a cien años,1999**. Disponível em < <http://www.prtc.net/~ctiradod/alexispubli/tratado.html> > Acesso em 18 de novembro de 2011.

ROBINSON, Linda S. **Economic History of Puerto Rico: Institutional Change and Capitalist Development**. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/42158/linda-s-robinson/economic-history-of-puertorico-institutional-change-and-capital>. Acesso em 28 de março de 2011.

ROOSEVELT, Theodore. Theodore Roosevelt. **An Autobiography**. Nova York: A Da Capo Paperback, 1985, p. 538.

ROZZOF, Rick. **A Estratégia Global dos EUA: Derrotar Potenciais Desafiadores na Eurásia**. Disponível em: <http://www.esquerda.net/dossier/estrat%C3%A9gia-global-dos-eua-derrotar-potenciais-desafiadores-na-eur%C3%A1sia>. Acesso em 28 de outubro de 2011.

SANTANA, Eliezer. **La relacion de Puerto Rico com los Estados Unidos em el siglo XX**. Disponível em: <http://library.jid.org/en/mono35/santana.pdf> . Acesso em 22 de março de 2011.

SANTOS, Joildo. **O império das bases militares**, 2009. Disponível em <http://www.joildo.net/artigos/o-imperio-das-bases-militares/>. Acesso em 20 de outubro de 2011

SCHILING, Voltaire. **A intervenção humanitária**. 2007. Disponível em http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/eua_imperio2.htm. Acesso em 20 de outubro de 2011

SILVA, Luís Fernando da. **A Geopolítica Estadunidense no atual quadro político Sul-Americano**. 2011. Disponível em <http://www.lamericas.org/arquivo/geopolitica.pdf> > Acessado em 08 de novembro de 2011.

SPYKMAN, Nicholas J. **Geography and foreign policy, I**. American Political Science Review, Baltimore, MD-USA, n.32, p.28-50, 1938.

_____. **America's Strategy in World Politics**. Harcourt, Brace and Company, New York, 1942.

STEPAN, Alfred. **The United States and Latin America: Vital Interests and the Instruments of Power**. Disponível em <http://www.foreignaffairs.com/articles/33346/alfred-stepan/the-united-states-and-latin-america-vitalinterests-and-the-inst>. Acesso em 22 de março de 2011.

TEIXEIRA, José Achilles Abreu Jorge. **O pensamento Geopolítico da Rússia no início do século XXI e a Geopolítica Clássica**. In Revista da Escola de Guerra Naval: per. esp. est. estrat., Rio de Janeiro, n. 13,2008, p. 122-146.

TUATHAIL, Gearóid ; DALBY, S. & ROUTLEDGE, P. **A Geopolitics Reader**. Second edition. Routledge, London, 2006.

VALENTIM, Inácio. **NICOLAS JOHN SPYKMAN E A GEOPOLÍTICA AMERICANA DEPOIS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL** 2009. Disponível em: <<http://politicafricana.blogspot.com/2009/03/nicolas-john-spykman-e-geopolitica.html>> . Acesso em 17 de novembro de 2011.

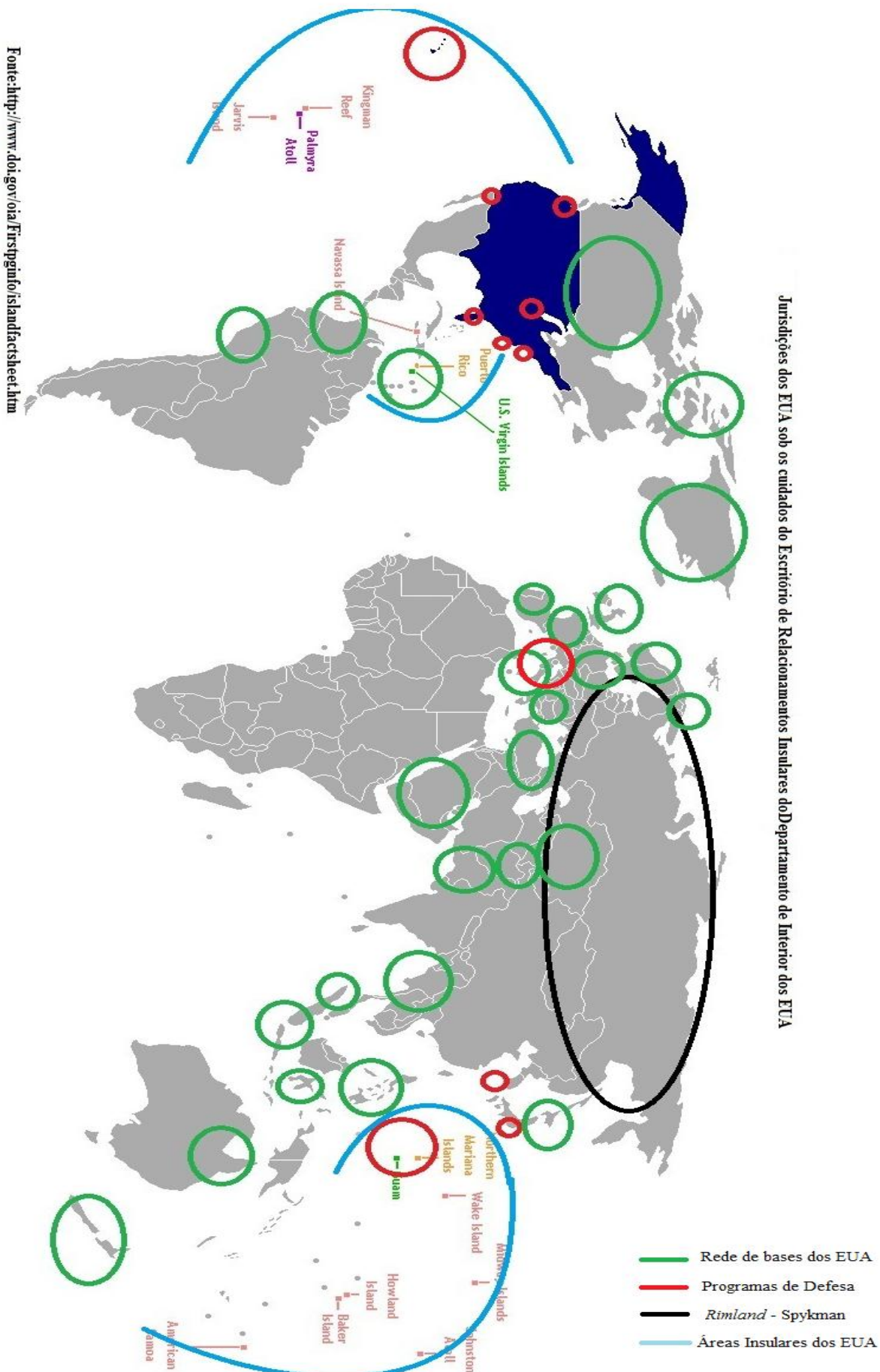
VIEIRA, Fernando Henrique Otsuzi. **Desarmamento Nuclear da França**. Pontífice Universidade Católica de São Paulo. Tema Desarmamento, 2003.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 125 p.

VILLA, Rafael Duarte. **MACKINDER: Repensando a Política Internacional Contemporânea**. Universidade Federal do Paraná. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 14, p. 195-199, jun. 2000

ANEXOS

Jurisdições dos EUA sob os cuidados do Escritório de Relações Insulares do Departamento de Interior dos EUA

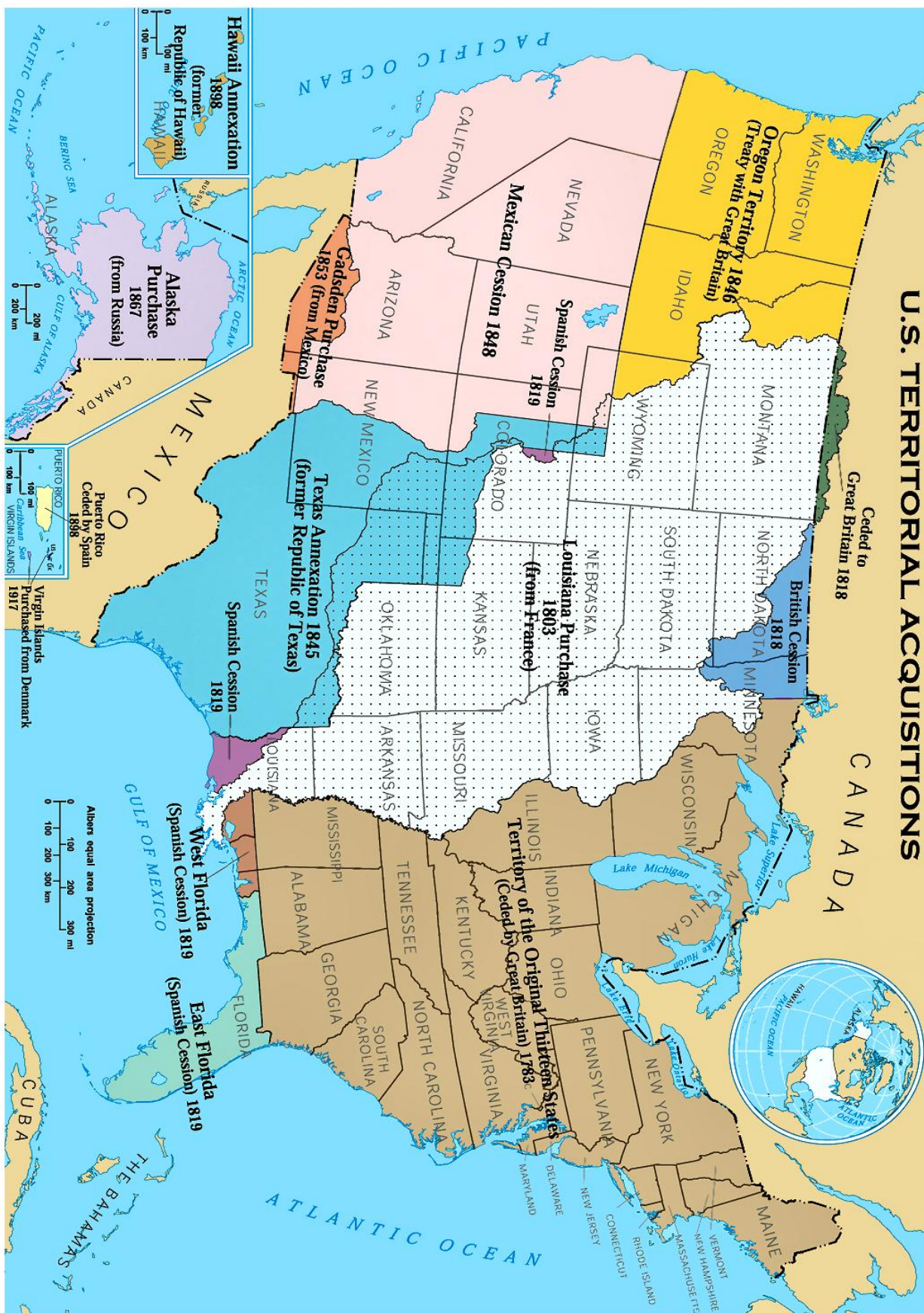


Fonte: <http://www.doi.gov/oia/firstpginfo/islandfactsheet.htm>

Rede de bases marítimas e terrestres dos EUA pelo mundo



Aquisições Territoriais dos EUA



Fonte: <http://nationalatlas.gov/printable/territorialacquisition.html>

